

«TEMOS DE ESQUECER AQUILO QUE NOS DIVIDE PARA NOS CONCENTRARMOS NAQUILO QUE NOS UNE — A NOSSA TERRA».

Ramalho Eanes

A Voz de LOULÉ

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA



PORTE PAGO

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 718

Composição e Impressão

«GRÁFICA EDITORA»

Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração

GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

ANO XXXVII

15/3/1979

ESTÃO NA BERLINDA as férias repartidas

Está em vigeiatura a campanha que se dá pela legenda «Férias Repartidas».

A iniciativa foi lançada pelo Secretariado de Estado de Turismo e foi premeditada para vigorar e durar, pois os seus promotores sabem que a sua aceitação implica previamente um trabalho de mentalização gradual dos portugueses, que, em questões de férias, adquiriram hábitos enraizados.

Transformá-los, em adequação em a uma estratégia maduramente ponderada, não será tarefa fácil, nem tão pouco de duração fugaz.

As motivações são bem compreensíveis. É verdade que, face à vaga de turistas estrangeiros, aos mecanismos programáticos que a acciona, e ao seu inquestionável poder aquisitivo, muitas estâncias de veraneio (especialmente as multi-estrelas), ficam acima de qualquer hipótese, fora do alcance económico, na chamada época alta, para os cidadãos nacionais. Dá-se também o congestionamento, o esgotamento das reservas antecipadamente

comprometidas, e taxas de serviços mais elevadas, factores estes que pesam sobremaneira na conjuntura turística e que não são favoráveis aos tempos livres dos portugueses, daqueles que pretendem recorrer aos complexos hoteleiros.

Noutros períodos do ano as coisas não se passam assim.

Tal como as contingências do mercado de serviços se oferecem, as férias aproveitadas na época (continua na pág. 9)

Sem água não há progresso

Meu caro Piedade Barros: Desde Maio de 1978 que não lhe escrevo uma simples palavra publicável n'«A Voz de Loulé» e assim extensivo a todos os louletanos, a todos os muitos leitores do seu-nosso jornal.

Como arranjar disposição e co-

municabilidade quando se vê tantos macacos a segurarem as orelhas e a mergulharem, sem se debaterem, no desespero que os envolve, sem forças para esbravejarem e assim evitarem um mergulho fatal?

Deixei de escrever, e agora o noto, por também me ter agarrado às orelhas qual macaco e por pouco não me entolava totalmente — o ambiente era e é propício — nesta lama demagógica que nos tem envolvido por todos os lados e que alguns órgãos de informação despejam em catadupa, diariamente, insistentemente, e

(continua na pág. 2)

VENDEU-SE VINHO À RÚSSIA A 2\$50 O LITRO e Portugal vai agora importar 8 milhões de litros a 12\$50

O escândalo da administração governamental está à vista. Um dos governos «democráticos» vendeu várias partidas de milhões de litros de vinho de alta qualidade à União Soviética ao preço de 2\$50 o litro.

Essa venda desastrosa teve dois objectivos criminosos: um,

desagradar a qualidade dos vinhos portugueses, vendendo-se ao desbarato; outro consistiu em esvaziar as nossas adegas dos melhores vinhos, quando o país já o estava a consumir à razão de 20\$00 o litro!

Daí passou-se à mixórdia, a ca-

(continua na pág. 9)

MÚSICA NOS AGREGADOS POPULACIONAIS ALGARVIOS

Com o fito de manter em actividade diversas organizações musicais e estabelecer um contacto mais vivo entre estas e as populações, a Delegação Regional do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis pretende promover um

ciclo de espectáculos, nos quais participarão os Grupos Corais do Conservatório Regional do Algarve e de Lagos, e a Banda de Música Juventude Algarvia, de Alcantarilha.

O calendário delineado é o seguinte:

- Em Março, Moncarapacho e S. Bartolomeu de Messines;
- Em Maio, Castro Marim e Barrada;
- Em Junho, Paderne e Monchique;
- Em Setembro, Querença e St.ª Luzia;
- Em Outubro, Cacela e Olhão;
- Em Novembro, Estoi e St.ª Bárbara de Nexe;
- Em Dezembro, Odeixe e Vila do Bispo.

EM FARO

Comemorações

do Ano Internacional da Criança

(VER PÁGINA 10)

REFORMA AGRÁRIA é tema controverso

O Dr. Valério Bexiga responde ao Dr. Neves Anacleto e o Dr. Dias Costa responde ao director deste jornal

«A Reforma Agrária foi feita para libertar os trabalhadores e não para os coagir».

Ferreira do Amaral, 6-3-79

Como era de esperar, e portanto absolutamente lógico, os advogados algarvios que tão desassombradamente vieram a terreiro defender a Reforma Agrária não se aquietaram em sepulcral silêncio

face à decisão deste jornal em comentar o seu manifesto.

Claro que nós podíamos ter tomado a cómoda atitude de outros dos nossos colegas: não ligar importância ao escrito e dar-lhe qualquer destino que entessemos merecido.

Teria sido portanto, muito menos arriscado se nos tivéssemos quedado na mesma «impassibilidade com que a Lua assiste aos nocturnos ladrados com que os cães lhe dirigem, seguros como estávamos de que não teríamos fôlego para ripostar» à força acutilante; ao desembaraço; à sagacidade; à astúcia; à subtilidade de argumentos; à famosa eloquência dos inimigos da sordida cubija; à perícia,

e à insuperável arte de terçar palavras dos zelosos e respeitáveis cultores das santas leis.

O que fizemos foi portanto, um autêntico desafio à eloquência dos 17 advogados que subscreveram o polémico manifesto. Tivemos a consciência dos riscos que corremos e não ficámos à espera que a «caravana» passasse. Daí a razão porque entendemos que a nossa atitude foi desassombrada dentro dum meio ambiente onde as pessoas ainda continuam a ter medo de dizer aquilo que pensam e querem... só para não se comprometerem.

Nós, porém, que no exercício da nossa profissão vivemos e sentimos (durante 40 anos) com um (continua na pág. 4)

RTI: DO «BURACO DA LEI» NASCE O «OVO DE COLOMBO»

Em 26 de Abril de 1978 constituía-se, por escritura pública, no 20.º Cartório Notarial de Lisboa, uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada. O seu objectivo era o de produção e emissão de televisão e rádio.

A notícia caiu, nos meios governamentais e políticos como um balde de água fria revigorante para uns mas incómoda para outros. Assumiu aspecto sólido irrealista perante um público que há longos anos deixara de imaginar alternativas à rede oficial e estatal de televisão.

A RTI — Rádio e Televisão In-

(continua na pág. 5)

Limitações

da televisão no Algarve

Dois óbices da Televisão relacionada com o Algarve, foram postos à consideração do parlamento nacional, pelo deputado José Vitorino que ao mesmo tempo interpelou, sobre os mesmos, o Ministério da Comunicação Social.

Uma vez ponderada a relevância do assunto aqui reproduzimos o texto do requerimento apresentado no plenário de S. Bento em 20 de Fevereiro último:

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

1. Considerando que a televisão é um meio de comunicação social de elevado interesse e in-

fluência em qualquer sociedade e que exerce numa sociedade, como a portuguesa, funções que excedem, em muito, as de simples recreação e preenchimento de tempos livres;

2. Considerando que a televisão tem por missão chegar a todos os pontos do País sem discriminação e no mais curto prazo;

3. Considerando que até agora, apesar de alguns esforços, a RTP pouco ou nada tem contribuído para o crescimento e desenvolvimento regionais ou, sequer, para (continua na pág. 2)

VULTOSO

COMPLEXO TURÍSTICO

NO CONCELHO DE LOULÉ

A fim de implantar um complexo turístico-hoteleiro de cinco estrelas, com capacidade para 1 500 camas, um grupo financeiro norueguês adquiriu recentemente uma ampla parcela de terreno situada entre a Quinta do Lago e o Oceano Clube, que se insere dentro da área concelhia de Loulé.

O projecto, envolve um investimento de largos milhares de contos.

Polémica sessão

na Assembleia Municipal de Loulé

(VER PÁGINA 5)

UM FORMALISMO ILÓGICO DOS CTT

— o justo paga pelo pecador

(VER PÁGINA 10)

Sem água não há progresso

(continuação da pág. 1)

nos levam a um «stress» desesperador, à apatia, em vez de, pelo contrário, corajosamente nos debatermos com persistência, sem nos afogarmos, para alcançarmos um porvir mais humano.

O seu jornal, Piedade Barros, deu-me, há momentos, ao lê-lo e ao verificar a perseverança com que expande as suas ideias e dos seus colaboradores obviamente nem sempre boas mas necessariamente nem sempre más, mas, na generalidade, francas, honestas e bem intencionadas, mas todas, todas dirigidas ao bem da sua-nossa terra, do Algarve e de um Portugal que se quer melhor, sempre melhor, fez-me, novamente desentocar-me e, por isso, estou-lhe muito grato por assim me ter acordado da dormência sócio-política em que me encontrava. Larguei as mãos das orelhas como dizem que os macacos fazem quando caem à água, esbracejei na chafurda e agarrei-me a uma bóia chamada esperança, esperança de que afinal Portugal dos portugueses, que Portugal espalhado por todos os continentes, diáspora lusitânica dispersa por todos os cantos do Mundo, ainda não morreu e certamente sobreviverá como tantas vezes aconteceu ao longo de uma história que nos orgulhamos e não queremos destruída, e nos responsabiliza por sermos um dos países mais velhos de uma Europa que tarda a receber-nos.

Voltei a escrever convicto que nos espera um porvir extremamente duro para a nossa geração mas talvez ainda viável para as gerações que nos hão-de suceder, a dos nossos filhos e netos, se porventura não nos demitirmos agora.

Não quero afundar-me no charco que nos rodeia sem pelo menos esbracejar um pouco. Não o sei fazer demagogicamente, não o sei fazer nem quero fazê-lo por intermédio de partidos ainda destituídos de uma base estatutária ou vivência política bem definida ou coerente e não, pelo contrário, fluida de forma a embarcar uns e outros, à esquerda e à direita, com cozinheiros aos gostos de cada um e de todos com balanceamentos para todos os lados e alternadamente no tempo e no espaço. Por isso, voltei ao seu contacto e ao dos leitores d'«A Voz de Loulé» com algumas palavras que só pretendem, de uma forma pragmática, apolítica, tratar de problemas que considero necessários para não dizer fundamentais para o desenvolvimento e progresso do Algarve.

Daí-o regressar outra vez ao já talvez estafado problema do abastecimento de água ao Algarve.

Relembro a propósito as cartas que lhe escrevi publicadas na «A Voz de Loulé» em 5/8/76, talvez demasiado longas pois continua-

ram nos números de 22/9/76, 15/9/76 e 7/10/76, e onde bem mostrei a existência de um razoável plano de abastecimento de água ao Algarve com fins urbanos, industriais e agrícolas da autoria da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos do Ministério das Obras Públicas. As principais fontes hídricas sugeridas eram as bacias hidrográficas das ribeiras de Odelouca, Arade, Odeleite, Foupina e Vascão, e ainda excedentes das águas represadas nas barragens de Alqueva e Rocha da Galé que podem chegar ao Algarve por um canal natural extremamente barato: o próprio leito do rio Guadiana.

Este Plano de Rega do Algarve ali equacionado permite a rega de cerca de 40 000 hectares de terrenos e o abastecimento de inúmeras localidades do Algarve.

A forma como se equacionou o Plano de Rega do Algarve permite na sua execução várias fases de acordo com as prioridades que a construção das barragens e afluências venham a mostrar ou impôr e que são: barragens de Odelouca, Funcho, Retorta, Odeleite, Foupina e Vascão e ainda o aproveitamento final das águas doces do Guadiana represadas por intermédio de um açude a construir por alturas do Azinhal.

Prometidas desde o tempo da «outra senhora» parecem ser as barragens de Odelouca e a da Retorta e talvez a do Funcho as que primeiro poderão vir a ser construídas. Data de 1971 a celebração de um contrato entre a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e um Gabinete Técnico especializado em hidráulica para a elaboração «do Plano Geral de Aproveitamento das Ribeiras de Odelouca e do Arade» e do «Plano Geral do Sistema de Abastecimento de Águas das Populações e das Indústrias na Área de Influência daqueles Aproveitamentos».

«Quê» dele?

Foi ou não cumprido o contrato?

Facto é que as populações ainda não viram nada que lhes assegure adequado abastecimento de água a curto e a médio prazo.

Tenho ultimamente lido quase tudo que se tem publicado na imprensa e que se refira ao desenvolvimento da minha querida província e fiquei mais uma vez persuadido que só com água o Algarve poderá progredir.

É que se se não acompanhar o progresso imparável do sector turístico e da construção civil que de perto o segue, com as infraestruturas que são necessárias para um viver socialmente equilibrado e higienicamente controlado, o que só é possível com água, muita água, o crescimento económico do Algarve dar-se-á mas de uma forma desequilibrada por pouco diversificado e por empolamento das «sequelas» derivadas da falta

de infraestruturas básicas: água e esgotos.

Na verdade sente-se já muita falta de água em muitas localidades algarvias: umas derivadas ao respectivo crescimento urbano-industrial e noutras pela simples razão, e muito justa, das respectivas populações pretenderem tão-somente o simples benefício de água sem ser por intermédio dos bucolicos «poços de chafurdo». Diga-se na verdade que os municípios, na generalidade, tentam resolver o problema, pontualmente, e por isso ela não se pode resolver, nem se resolverá já que a respectiva solução, como se sabe, tem que passar por um plano vasto de barragens, e não no aproveitamento de águas subterrâneas cada vez mais raras e mais profundas muitas das vezes salobras e salgadas.

Sem barragens, sem a execução do Plano de Rega do Algarve esta Província continuará a desertificar-se e não poderá dar resposta conveniente ao desafio urbano-industrial que se apresenta, se quer e que o ritmo demográfico e a necessária elevação do nível de vida das populações, impõe.

O abastecimento de água ao Algarve tem sido tema permanente nos últimos tempos nos jornais algarvios. O Jornal do Algarve, o Correio do Sul, A Voz de Loulé, têm tratado este tema assim como tem aparecido em textos oficiais ou oficiais, em discursos políticos, mas, por enquanto nada se vê que permita apanhar de uma rápida resposta a um anseio tão profundo e tão necessário para o Algarve: ÁGUA.

Até quando a falta de água «reprimirá» o desenvolvimento do Algarve?

Até quando esperaremos pelas barragens do Odelouca, do Funcho, da Retorta, de Odeleite, da Foupina e do Vascão?

Até quando se dificultará o bem estar do povo algarvio e se estrangulará o progresso urbano-industrial da Província?

Se um manga de alpaca como eu consigo vislumbrar este agudo problema provincial, será caso que a sua importância relativa em comparação com outros candentes problemas em resolução noutras regiões não lhe dê carácter prioritário?

A irrigação da Cova da Beira é extraordinariamente importante para o desenvolvimento de vasta região do interior. Convencionemos da sua relevância sócio-económica e política.

A regularização e irrigação do Vale do Mondego em curso tem tal valor que até este simples «escritório» vê e prevê.

Os regadios de Trás-os-Montes que irão beneficiar vasta zona do Nordeste tão lamentosamente abandonada não deixam de ser fundamentais para os povos que dos suevos descendem e tão portugueses se têm mostrado quando outros sofrem para os que pátrias costumam vender.

Mas por Deus, o Algarve não pode continuar a depender do turismo e da construção civil, sectores com nítidos sintomas de estrangulamento por falta de água.

Os campos do litoral e a serra estão praticamente estagnados ou pelo menos, como acontece com os primeiros àquém das potencialidades que o solo e o clima prometem. E sem água e o repovoamento florestal teremos em futuro próximo um Algarve transformado numa região económica e socialmente deformada.

Daqui das páginas de «A Voz de Loulé», lanço mais um apelo às autoridades, aos Serviços para que em verdadeira cruzada se dediquem ao desenvolvimento do Algarve de forma equilibrada em que todos os sectores intervenientes se não choquem ou se empolem em demasia e sim pelo contrário, cresçam com interpenetrações positivas de entreeja.

Para tanto repetimos: é preciso água, muita água.

Só assim se criará riqueza; só assim se poderá repartir equitati-

(continua na pág. 7)

LIMITAÇÕES DA TELEVISÃO NO ALGARVE

(continuação da pág. 1)

uma adequada visão dos problemas regionais do todo nacional;

4. Considerando que tais objectivos só poderão ser efectivamente alcançados quando, nomeadamente os programas emitidos chegarem a todas as Regiões do País e se verificar uma adequada descentralização, através da criação e actividade de centros de produção da RTP;

5. Considerando que nas algumas regiões do País, caso específico do Algarve, os cidadãos embora cumprindo as obrigações do pagamento da taxa presentemente instituída de forma igual aos restantes, apenas têm acesso ao 1.º canal, discriminação esta que evidentemente não pode ser aceitável em tais circunstâncias;

6. Considerando que de tal si-

tuação resulta ainda a «impossibilidade de muitos trabalhadores estudantes assistirem às aulas do Ano Propedêutico», pois que estas são transmitidas no 2.º canal em horários mais convenientes que os do 1.º programa;

7. Considerando que ainda em matéria educativa, no 1.º canal, por exemplo no Sotavento algarvio, coberto pelo retransmissor de S. Miguel as aulas do Propedêutico começam habitualmente com atrasos que chegam a atingir a 1/2 hora, em relação ao horário previsto o que causa transtornos aos alunos;

8. Considerando que, dada a distância a que o Algarve fica de Lisboa, «só muito esporadicamente a RTP faz deslocar ao Algarve equipas de reportagem», seja para fins noticiosos seja para outro tipo de iniciativas donde resulta uma cobertura inferior;

9. Considerando que de tal situação resultam consequências negativas quer no aspecto económico-social do Algarve a nível global, quer no domínio específico do turismo;

O Partido Social Democrata, na sequência de uma intervenção feita na Assembleia da República em 17/10/78, em que levantou este problema, solicita através do Ministério da Comunicação Social as seguintes informações e esclarecimentos:

a) Concretamente, quais os «projectos da RTP com vista a que o 2.º Canal dê a necessária cobertura ao Algarve», para evitar que os algarvios, embora pagando a taxa presentemente instituída de forma igual às dos restantes portugueses, só possam ver um dos canais, o que assume particular gravidade perante a impossibilidade dos trabalhadores estudantes poderem beneficiar dos programas dedicados às aulas do Ano Propedêutico?

b) Quais os «planos nomeadamente para o ano de 1979, da RTP, com vista a instalar no Algarve um Centro de Produção» que permita dar uma adequada cobertura noticiosa e de actualidade, bem como contribuir para um adequado conhecimento da Região em Portugal e no estrangeiro onde assumem particular relevo as questões ligadas ao sector turístico?

c) Que medidas se pensam tomar com vista a que as aulas do Propedêutico do 1.º canal passem a ser transmitidas dentro do horário previsto, na zona do Sotavento algarvio.

LOULÉ



AGRADECIMENTO

MARIA GAGO JERÓNIMO PINTO

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas e todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos exprimiram os seus sentimentos de pesar, assim como a todos aqueles que acompanharam a saudosa extinta à sua última morada.

Participa também que será rezada missa na Igreja de Santa Bárbara de Nexe, no dia 21 de Março de 1979, pelas 9.30 horas e em Loulé na Igreja Matriz no dia 17 de Abril, pelas 10 horas.

FAMEL - ZUNDAPP

A GRANDE VENCEDORA DOS CAMPEONATOS

NACIONAIS DE 76, 77 E 78!

Motorizadas FAMEL - ZUNDAPP

um conjunto de confiança!

FAMEL — ÁGUEDA

(8-6)

Aos Agricultores do Concelho de Loulé

EMPRESA JÁ CONSTITUÍDA PRETENDE APOIAR AGRICULTURA ALGARVIA CONSTRUINDO GRANDES ARMAZÉNS COM CÂMARAS DE FRIO E REFRIGERAÇÃO E MÁQUINA DE CALIBRAR E PARAFINAR LARANJA E DE EMBALAGEM PARA EXPORTAÇÃO.

AS INSTALAÇÕES SERÃO CONSTRUÍDAS EM ALMANCIL.

SE DESEJA ASSOCIAR-SE BENEFICIANDO DOS LUCROS E DESENVOLVENDO E APOIANDO A AGRICULTURA ALGARVIA ESCREVA OU TELEFONE PARA:

DR. JACINTO DUARTE — TELEF. 62747 — LOULÉ

(4-4)

POLÉMICA SESSÃO na Assembleia Municipal de Loulé

(continuação do n.º anterior)

Depois de durante 19 longos anos terem depositado esperanças no aproveitamento da água de um furo que foi aberto em 1960 e cujo caudal justificava obras imediatas para o abastecimento da sua aldeia, os boliqueimenses sentem agora a amargura do seu desespero por verificarem que mais uma vez viram preteridos os seus justos anseios de um melhor abastecimento de água.

E perguntam porque motivo os trabalhos em Boliqueime estão parados há 19 anos e no Ameixial se tentou resolver o mesmo problema com tanta urgência... que até redundou em grossa asneira. Será (só) porque o Ameixial é mais socialista?

E isto porque, enquanto para Boliqueime as dificuldades se têm acumulado; as decisões têm sido proteladas; o dinheiro tem estado parado; o empreiteiro falido, a espera irritante, as obras de abastecimento de água ao Ameixial foram feitas por administração directa da Câmara de Loulé, em menos de 2 anos e sem concurso público, sem projecto, sem burocracias enervantes e com gastos tão pródigos e tão incontrolados que até os cheques são passados em nome pessoal do tesoureiro da Junta de Freguesia e sem que esta ao menos tenha conta aberta em qualquer banco...

Evidentemente que os boliqueimenses estão satisfeitos pelo benefício concedido ao Ameixial, mas só querem é entender porque motivo têm sido tão desprezados e esquecidos.

A Câmara de Loulé diz que não tem dinheiro mas já «entrou» 77 500 contos no Ameixial numa obra tão cara e tão defeituosa que, para a concluir, já há quem diga que é preciso fazer tudo de novo.

Inacreditável, mas verdadeiro! E tão verdadeiro que esta tese é defendida (aliás paradoxalmente) pelos próprios serviços técnicos responsáveis pelo projecto (aliás esboço, feito em cima do joelho como se diz).

Isto foi afirmado pelo sr. José Pereira Pires, que falou em nome do P. S. D. e acrescentou que o seu partido convocara uma reunião na Câmara com técnicos do GAPA, os quais reconheceram que todo o processo da obra de abastecimento de água e rede de esgotos do Ameixial fora mal conduzido e que está repleto de erros, desde o traçado até ao sistema utilizado nas condutas, admitindo-se até a necessidade de se fazer um ramal aéreo.

Foi reconhecido que o pior erro teria sido cometido pelo autor do esboço, o qual nem sequer previu que as condutas deviam servir para abastecer as casas particulares e que, portanto, deviam ter sido logo traçados os respectivos ramais!

O sr. Pires, como construtor que é, fez um estudo da obra e apresentou à Assembleia um esboço orçamental dos custos dos diversos trabalhos, materiais e aparelhagem (bomba, motores, etc), chegando à conclusão que a obra realizada não justificava tão elevados gastos já consumidos.

Portanto, se há erros, é preciso emendá-los, pois com a falta de dinheiro que temos para obras válidas, não se admitem erros indisculpáveis.

O sr. Ferreira Torres pediu a palavra para explicitar ao sr. Mártires que não havia qualquer intenção de lhe fazer ataques pessoais e muito menos estava em causa qualquer actuação partidária, acentuando que o problema foi levantado porque é bem evidente a existência de um clamor no Ameixial, face às deficiências notadas quanto ao abastecimento de água.

São as próprias pessoas do Ameixial que procuram o PSD — disse — para que este pressione

a Câmara no sentido de averiguar o que realmente se passa, pois toda a gente sabe que «não há fumo sem fogo».

Está em causa a defesa do bem estar do Povo do Ameixial naquilo que é essencial à vida: a água.

Com argumentos de tal peso, não se pode olhar a meios para se conseguirem fins a atingir: dar de beber a quem tem sede.

O sr. José Ferreira Torres levantou o problema da venda de peixe estragado no Mercado de Loulé, o que faz desesperar as donas de casa, cujas preocupações diárias se avolumam com as exagerados custos dos géneros alimentícios, sugerindo que os serviços veterinários da Câmara deveriam fiscalizar com mais atenção o estado do peixe vendido no mercado.

Quem pode resistir a deitar peixe fora depois de o pagar a 200\$00 por quilo e mais? perguntou.

Como tentativa de atenuar este grave problema sugeriu o sr. Torres que a Câmara abrisse uma peixaria que servisse de estabelecimento regulador dos preços no mercado e onde o peixe fosse vendido por preços não especulativos. Esta solução parece-nos pouco viável, até porque o problema tem raízes tão profundas e no entanto malignas que chega ao ponto de se dizer que «os pescadores evitam trabalhar mais para não pescar demais, pois a abundância de peixe provoca a sua baixa de preço, de que resulta um lucro menor, com o dobro do trabalho».

E se os intermediários estão mentalizados de que quanto mais caro o peixe estiver maior é o seu lucro resultante da mesma percentagem, como resolver tão intrincado problema, se há tantas maneiras de se fugir ao cumprimento da Lei?

Poder-se-ia recorrer ainda ao factor consciência. Mas por onde anda ela?

Por isso pensamos que, só com medidas enérgicas, tomadas pelo Governo, a nível nacional, se poderá tentar a solução de um problema que é muito complexo e que ainda há bem poucos dias foi revelado pela televisão com todo o seu confuso emaranhado de interesses intocáveis e excessiva ganância de lucros fáceis e incontroláveis por um Fisco, que, diga-se de passagem, não tem actuado com eficácia que o caso impõe.

Referiu-se também o sr. Torres aos desesperados clamores duma população que vi agravados os custos daquilo que precisa comprar sem que veja os ordenados acompanharem o mesmo ritmo, pois quanto mais sobem os salários mais caro custa tudo aquilo que se produz, sem que seja encontrada uma solução de equilíbrio.

Aludindo ao exagerado preço da carne, lamentou aquele representante do PSD não perceber porque razão o governo impõe uma tabela para venda ao público e não estipula um preço para venda de animais ao talhante. Respondeu-lhe o sr. José António que também não percebia a razão porque isso era assim, mas que no entanto era bem evidente (duma maneira geral) a prosperidade dos negociantes de carne, os quais, trabalhando muito menos vivem muito melhor do que os criadores de gado.

O sr. José Ferreira Torres apresentou à Assembleia uma sugestão que obteve a sua quase total aprovação: que os seus membros se deslocassem a cada uma das freguesias rurais do concelho e aí promovam reuniões mensais da Assembleia Municipal, para contacto directo com as populações e uma confraternização que teria os seus benefícios, senão materiais, pelo menos no aspecto duma salutar convivência com as

pessoas que foram eleitas e as que elegeram os representantes dos seus interesses junto da autarquia.

Ao contrário do que disse o sr. Faria, a intenção não será arranjar pretextos para mais almoçadas, mas sim estar junto dos homens do campo e ouvir as suas queixas, escutar as suas ideias, aprender com algo da sua experiência, auscultar as suas opiniões e tentar encontrar solução para alguns dos seus problemas e dizer-lhes que estão isolados mas não esquecidos, pois as suas preocupações são as nossas preocupações, as suas alegrias são a nossa alegria, a luta é também a luta que devemos travar para consolidar uma democracia coerente, num país onde se possa viver e conviver sem ódios recalcitrantes nem soberbas ultrapassadas.

(continua no próximo n.º)

PERSEVERANÇA

A qualquer hora
num lugar qualquer
nasce uma criança.
É seara nova
que o tempo faz crescer...
Uma esperança!

Cada criança
que nascer em Portugal
neste ano de Bonança
é perseverança
contra o Vendaval!

Leonel de Sousa

CANTINHO DOS JOVENS

25 anos do «Rock 'n' Roll»

Neste ano completam-se 25 anos desde que apareceu a revolucionária música norte-americana, derivada das músicas negras, o rhythm 'n' blues, o Folk e o Country.

Na verdade o rock and roll começou muito antes, talvez com Fac.s Domino, um grande do rock, que começou, no fim da década de 40, a tocar um ritmo diferente dos outros. Mas só um pouco mais tarde é que esse ritmo diferente foi baptizado de rock'n'roll. Começa a ser divulgado, nomeadamente produziu-se um filme em 1954, «Sementes de Violência» com a célebre música «Rock around the clock», cantada por Bill Haley, outro grande intérprete.

Inevitavelmente, começam a aparecer os seus grandes impulsores, criando estilos próprios, como Little Richard e o seu frenesim erótico, Chuck Berry, Bo Diddley, etc. Mas o maior foi Elvis Presley. Não foi ele o criador da música, mas difícil seria imaginar o rock'n'roll sem ele, pois deu-lhe um forte estilo próprio e a inconfundível voz de que era possuidor, ajudou-o bastante para dar o efeito chocante e impulsivo da dita música.

O rock'n'roll apareceu há já 25 anos mas ainda está e estará presente no espírito dos jovens, porque o seu ritmo resultou precisamente da juventude inconformada daquela época e como tal faz parte da mocidade, porquanto lhe fala numa linguagem que compreende.

Artur José Çanal Madeira

NOTA DA REDACÇÃO — É compreensível que muitos dos jovens a quem este assunto, supomos nós, é dirigido, ainda que familiarizados com termos só por os ter ouvido dizer, não os saibam traduzir.

São nomes afinal que fizeram escola pertencendo já à história da música contemporânea e à sua nomenclatura.

A fim de facilitar uma melhor percepção, aqui incluímos em apêndice algumas notas avulsas.

«Rock'n'roll» (ou rock and roll), designa o movimento descrito pelo corpo em toada de resposta ao ritmo musical.

Tem as suas raízes num dos tipos de música popular norte-americana, fundamentado numa voz solista e vo'as, o qual passou a difundir-se pelo mundo inteiro a partir, principalmente, através do disco.

Actualmente «Rock'n'roll», é empregue apenas com o substituto de características particularmente rítmicas.

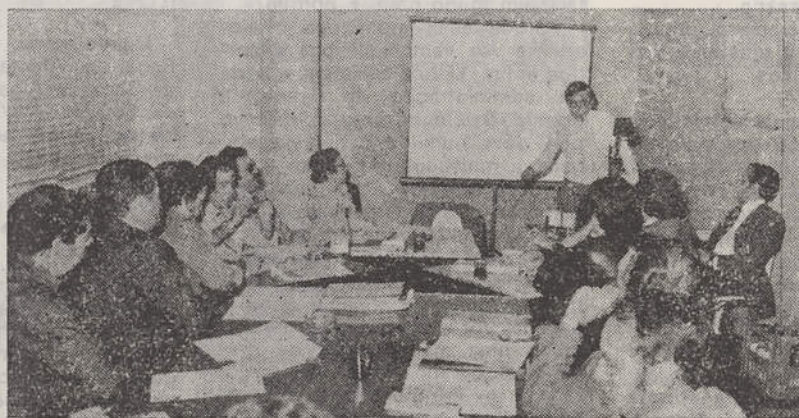
Assim apareceram outras formas sincopadas afins, tais como folk-rock e Jazz-rock, que foram motivadas por fusões com outros géneros de música popular.

Uma apreciação mais detida levar-nos-ia muito mais longe, pois a matéria é ampla, e mal foi por nós afluada.

Aqui fica apenas como tópico animador de uma investigação mais aprofundada a levar por diante por quem nela esteja verdadeiramente interessado.

J. C. VIEGAS

Anuncie n'«A VOZ DE LOULÉ»



Companhia de Seguros MUNDIAL CONFIANÇA

A companhia de Seguros Mundial Confiança, consciente da sua responsabilidade no meio segurador português e da necessidade cada vez maior de prestação de melhores serviços aos seus segurados, levou a efeito em Faro, através do seu Centro de formação, um curso de «Reciclagem Técnica» a todos os funcionários de Serviços Externos que trabalham nas suas Dependências em:

Faro - Beja - Sines - Almada
Portimão - Setúbal - Cascais
Sintra - Amadora - Funchal

Esta acção está enquadrada num plano de formação visando uma maior tecnicidade dos seus funcionários, permitindo desta forma um maior apoio aos actuais e futuros segurados.

REFORMA AGRÁRIA é tema controverso

(continuação da pág. 1)
mito de resignação e incontinência de revolta interior, a força implacável duma sordida Censura que injustificadamente nos calava, acatámos com exuberante alegria a Revolução da Esperança. Hoje, apenas nos resta a Esperança na Democracia, e daí a razão porque aproveitámos a liberdade de imprensa que hoje, felizmente, gozamos, para nos atrevemos a discordar de 17 advogados — coisa inacreditável de acontecer no tempo daquilo a que hoje se chama Fascismo.

A carta de Dr. Dias Costa é um autêntico Tratado de Eloquência onde sobressai a sabedoria jurídica; o primor da explanação, a reverência e a elegância de redacção; o garbo da polidez; a nobre cortezia do trato; a atenciosidade e onde a preocupação do pormenor atinge tal minúcia que o ilustre advogado de foro tavirense conseguiu preencher 14 páginas de papel formato 4-A, embora resumindo muito daquilo que gostaria de dizer.

Considerando o custo de tão amplo espaço a ocupar por este texto, telefonámos ao Dr. Dias Costa para lembrar que a lei prevê o pagamento de espaço correspondente ao excesso de linhas que provocaram a utilização do direito de resposta. Responderam-nos o Dr. Dias Costa com o argumento que justificara o nosso telefonema: «o dinheiro custa muito a ganhar» e que por isso preferia a não publicação da sua carta.

Mas a nossa boa vontade foi ao ponto de sugerir a divisão do texto em 2 ou 3 jornais. O nosso interlocutor preferiu 2 vezes. É o que vamos tentar fazer mas... a partir do próximo número.

Contudo não quizemos que o factor dinheiro fosse considerado pelo Dr. Dias Costa como mero pretexto para não darmos publicidade à sua legítima defesa.

Na nossa Democracia o diálogo é possível e necessário.

Noutras «democracias» impera a Lei da força e a «justiça» dos hospitais psiquiátricos...

Considerando que a resposta do Dr. Valério Bexiga é especialmente dirigida ao Dr. Neves Anacleto, achamos preferível que seja este nosso colaborador a responder com a eloquência que lhe é peculiar.

Apesar do amplo e inesperado apoio moral que alguns nos deram, nenhum agricultor se atreveu a pôr o preto no branco para exprimir o seu desagravo à afronta dos 17 advogados do Algarve que pomposamente, se auto-proclamaram constituintes de uma «Comissão de Juristas do Algarve de Apoio à Reforma Agrária».

Folgamos, portanto, em que ao menos o Dr. Neves Anacleto se atreveu a dar-nos o seu valioso contributo, pois não era crível que algum dos restantes (100?) advogados do Algarve se dispusessem a comprometer-se com um problema que diz essencialmente respeito aos agricultores.

Tudo isto são apenas uns tópicos do muito que reservamos para o Dr. Dias Costa, dado que a nossa resposta só é válida depois de darmos publicidade à sua carta.

É do seguinte teor a carta do Dr. Valério Bexiga que publicamos na íntegra:

«Quis a «A Voz de Loulé» ter a cortezia de, no seu n.º 708, reproduzir e comentar o «Manifesto» subscrito por dezasseis advogados do Algarve (um dos quais o subscrevente) que apelida, pomposamente, de «Comissão de Juristas do Algarve».

Digo cortezia dado que uma das «opções» que ocorreu ao democrático director dessa democrática gazeta foi... a de não publicar o «Manifesto».

Depois desta (outras «vozes») rouquejaram, até que na hora «x» ribombou a «voz» do «dr.» Anacleto.

O signatário que não tem tempo nem jeito para participar nestes torneios do... ora agora mias tu, ora agora mío eu... havia-se prometido quedar na impossibilidade com que a Lua assiste aos nocturnos ladrados que, quotidianamente, os cães lhe dirigem, seguro como estava de que não teria fôlego para ripostar às insinuações, injúrias, afrontas e difamações de todos os inumeráveis Anacletoes que levantam a voz por esta terra de Santa Maria. Assim enconchado, esperaria que a «caviana passasse».

Mas eis senão quando, atoa uma voz, uma estarecente e contundente voz que até obrigaria a falar um mudo nato. E porquê?

Porque essa grandiloça e eloquente voz vem de Lisboa e porque enfim, Lisboa é Lisboa; a sede da administração do feudo, a grande Babilónia à qual todo o país deve humilde e fiel vassalagem; a metrópole de quem o Algarve sempre foi, e continua sendo, uma colónia excêntrica e rendosa; a cidade onde se juntam e por vezes se chocam, todas as cabeças inteligentes deste país; e porque, enfim, o silêncio perante uma tal voz podia ser interpretada como uma manifestação de irreverência ou mesmo de desprezo. A voz do «dr.» Anacleto é, portanto, uma voz que vem do Alto.

Além disso, outra razão e isto ligada à própria pessoa do «dr.» Anacleto. É que, informa ele, tem um passado de «longos anos de

luta, de conspiração, de prisões, de deportação e exílio». E estas credenciais, embora já um pouco coçadas, desbotadas e inflacionadas, ainda são verniz que brilha. Este sr. «dr.» é um dos nossos, muitos, filhos da luta e irreleva considerar aqui que se não encontrou os comunistas nas prisões ou no exílio, é porque, ou lá não estavam estes, ou lá não estava ele.

Por todas as razões, portanto, mereça (impõe-se mesmo) que seja acusada a auricular recepção da voz do «dr.» Anacleto.

O signatário que o «dr.» Anacleto informa não conhecer, é um rude e tosco «signatário» que nunca comeu côdea de pão à mesa do orçamento, fosse ele de feição fascista, comunista, socialista ou social democrata e que nunca foi enfeudado, atreído ou protegido de qualquer partido político. Está, portanto, pensa, em condições de levantar o bestunio e, com o devido respeito e humildade, responder ao sr. «dr.» Anacleto.

Identifica este os signatários do «Manifesto» como «comunais», a partir da similaridade que detecta entre os extractos do «Manifesto», que respiga e as tiradas verbais de Cunha que ele distingue, ci-

(continua na pág. 7)

SEM ÁGUA NÃO HÁ PROGRESSO

(continuação da pág. 1)

vamente a riqueza criada de forma a progressiva elevação social das camadas mais desfavorecidas; só assim construiremos um Algarve (Portugal) não colonizável pela estranha que o não era e já o é...

Ligado como está o Plano de Rega do Alentejo com o Plano de Rega do Algarve (vidé «A Voz de Loulé», de 5/8/76) não posso deixar de me admirar das intensas campanhas pró e contra que ultimamente se têm desenvolvido a vários níveis e que os órgãos de comunicação social têm dado larga cobertura.

Afinal é ou não preciso água para um Alentejo onde tão necessário se torna a formação de riqueza para atenuamento das cargas socio-políticas ali facilmente explosivas e onde alguns «fraternamente», continuamente, chegam mechas aos pontos mais frágeis das relações humanas tantas vezes e lamentavelmente ainda inflamáveis?

É ou não necessário criar indústrias e serviços para se transferir largas camadas populacionais ainda excedente no sector primário?

Leio estas interrogações-afirmações por todos os lados e vejo-me obrigado a perguntar: Como desenvolver harmonicamente (também) o Alentejo sem água que permita a intensificação pelo regadio dos terrenos de sequeiro, que dê aso à instalação de indústrias, que retire a sede e facilite a higiene às populações que necessariamente terão de crescer até pela eliminação gradual da emigração e pelo regresso daqueles que no estrangeiro foram buscar o bem estar que ainda não lhes foi possível proporcionar na sua própria terra.

É que sem água não se criará riqueza.

Sem água a indústria não pode progredir.

Sem água não há possibilidade de crescimento urbano com um mínimo de condições.

SEM ÁGUA NÃO HÁ CRESCIMENTO EQUILIBRADO.

ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES
DO CONCELHO DE LOULÉ

ESTATUTO DO COMERCIANTE

Sendo do conhecimento desta Associação que a Direcção Geral de Fiscalização Económica (a quem incumbe a fiscalização do cumprimento das normas previstas no Decreto-Lei n.º 274/78) já deu início à sua actuação neste âmbito, aconselhamos a todos os nossos associados a estarem na posse de um dos seguintes documentos:

1. Certificado de Comerciante, emitido pela extinta Corporação do Comércio, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48.261, de 23 de Fevereiro de 1968.

2. Duplicado do requerimento oportunamente entregue e autenticado pelo ex-Grémio, no qual solicitava a emissão do respectivo certificado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48.261 ou fotocópia deste documento, agora legalizado por esta Associação.

3. Certificado do Comerciante, emitido pela Direcção-Geral de Coordenação Comercial, ao abrigo, quer do Decreto-Lei n.º 22/78, de 25 de Janeiro, quer do Decreto-Lei n.º 247/78, de 22 de Agosto.

4. Declaração passada por esta Associação, comprovativa de que o comerciante indicado já tratou ou está a tratar, por intermédio dos nossos serviços, do processo necessário à emissão do Certificado do Comerciante, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 247/78.

Pela Comissão,
J. A. MATOS

(3-1)

Será que se não quer promover o Alentejo? E as suas gentes que continuam a emigrar para os arredores de Lisboa e para a estranja?

Não me restam dúvidas os artigos que tenho lido levaram-me a esta posição — que Alqueva é necessária ao desenvolvimento económico social do Alentejo.

Daí o meu regozijo ao tomar recentemente conhecimento — os mangas de alpaca têm normalmente o Diário da República — do Despacho Normativo conjunto dos Ministros das Finanças e do Plano, da Agricultura e Pescas, da Indústria e Tecnologia e da Habitação e Obras Públicas, n.º 326/78, I Série, n.º 284 de 12 de Dezembro que «manda realizar detalhadamente os pressupostos básicos do empreendimento, particularmente no que se refere às suas valias eléctricas e agrícola e à correcção da sua contribuição para o abastecimento da água de Sines».

Desta maneira pode o Governo, a Assembleia da República e o Povo Português, que perplexo vê periodicamente o Plano de Rega do Alentejo ser incentivado até às máximas alturas ou pelo contrário responsabilizado por horrores calamidades, de uma vez para sempre, reconhecer o interesse ou não do Plano.

Da sua utilidade.

Da sua imprescindibilidade.

Da sua força creadora e multiplicadora de riqueza e bem estar.

Do seu potencial político que encerra — da bandeira desenvolvimentista que já é.

Dos erros que contem: técnicos, ecológicos, sociais, políticos que terão de ser equacionados e resolvidos.

Mas por Deus decidam-se, decidam e bem e não se esqueçam que quem condenar Alqueva tem sobre si a obrigação, o dever inadiável de apontar ao mesmo tempo alternativas válidas. Sem água o Alentejo será sempre o Alentejo dos contrastes, das tensões sociais explosivas, da emigração. Dos ricos e dos pobres, dos patrões e dos assalariados, dos comissários e das massas, dos bons e dos maus...

Alonguei-me demasiadamente. Que me perdoem os leitores de «A Voz de Loulé» e também você meu caro Amigo Piedade Barros. Volto imediatamente, para acabar, ao Plano de Rega do Algarve o mesmo é dizer ao abastecimento de água para rega e para fins urbano-industriais de que o Algarve está tão carecido, e, por sugestão de uma local que recentemente li num vespertino lisboeta onde se relatou uma reunião em Évora de entidades ligadas ao empreendimento de Alqueva, por iniciativa do Governador Civil alentejano, deixo o alvitre de igualmente se promover reunião semelhante no Algarve para se explicar o que é o Plano de Rega do Algarve e qual a situação da Província a médio e a longo prazo quanto ao abastecimento de água caso o referido plano não for executado.

Lisboa, 5 de Março de 1979.

ANTÓNIO DO Ó

CASAMENTO

Realizou-se no passado dia 24 de Fevereiro, na Igreja de S. Lourenço de Almancil, o enlace matrimonial da sr.ª D. Maria Inês Barrera Matos Lima prendada filha do sr. José Guerreiro Matos Lima e de sua esposa sr.ª D. Josefa Barrera Parrado, com o sr. João António Teixeira Alves de Moura, filho do nosso prezado assinante e amigo sr. Eng.º António Alves de Moura, chefe da Delegação do Algarve da E.D.P. e da sr.ª D. Maria Violeta de Andrade Teixeira.

Apadrinharam o acto por parte da noiva seus irmãos sr. José Barrera Matos Lima e Inocência Barrera Matos Lima e por parte do noivo seus pais.

Realizou-se depois um copo de água no Restaurante Duas Sentinelas.

Ao jovem casal e a seus pais endereçamos os nossos parabéns e formulamos votos de feliz vida conjugal.

TEATRO AMADOR EM QUARTEIRA

Temos que aceitar, que o Teatro Amador continuará sendo um produto dos pequenos grupos populacionais. Estes espectáculos de Teatro, mais conhecidos por réclitas, quase sempre idealizados e posto em prática por quem nunca viu Teatro. Amadorismo autêntico que deveria ser entendido, como dinamização cultural, apadinhado pelos meios culturais.

Estas pequenas comédias teatrais, surgem normalmente nas pequenas aldeias, incentivadas pelos prosores primários, para estímulo da juventude.

Em Quarteira o caso foi diferente. Um emigrante recém-chegado da República Federal Alemã, idealizou uma comédia, à qual deu o nome de «A MULHER INFELIZ». Assim o sr. Filipe Morga-

do, depois de muitas horas de ensaio, pôs em prática o seu trabalho acompanhado de um numeroso grupo de jovens e adultos que primam pelo seu trabalho.

A peça, embora inventada sob o signo da imaginação, traduz em parte um realismo conhecido de quantos se sentiram na necessidade, de abandonar o seu torrão natal. O seu tema apaixonante, contribui para que a assistência se deixe envolver no sentimento de ternura.

Em três espectáculos de casa cheia surgem já os convites para o Parragil e Almancil. Parabéns juventude de Quarteira Parabéns sr. Filipe.

M. F.

O CARNAVAL CIVILIZADO

um artigo de
JOSE MANUEL MENDES

A comemoração dos festejos carnavalescos da era Moderna na vila de Loulé, remonta aos primórdios deste século, mais concretamente, ao ano de 1906.

Tratou-se de uma «importação» de ideias, a partir do que a propósito desta quadra festiva, se passava em França. Era o chamado Carnaval Civilizado.

Carnaval Civilizado que, começou por ser uma espécie de chá-zinho de caridade, de divertimento filantrópico da burguesia caseira, em prol de fins humanitários, que enterneciam a alma e o coração das ladies e dos gentleman cá do sítio.

Com o decorrer dos tempos, o Carnaval de Loulé foi ganhando aura, prestígio, dimensão, importância, fama, e veio assumindo diversas formas, mais ou menos liberais, em relação aos costumes, mais ou menos foliões, consoante as marés históricas da Nação.

Por cá passaram chefes de Estado ombreado com os sucessivos reis das sucessivas dinastias da nobreza carnavalesca. Dos carros alegóricos puxados com parreiras de bois, chegou-se à tracção mecânica dos tractores. Do romantismo das trocas de galanteios e da imaginação dos foliões, chegou-se à confusão caótica de uma salada de automóveis a circular em sentido contrário ao dos carros alegóricos, com uma multidão de permeio em louca movimentação.

E sempre, com maior ou menor relevo havia gente, que só tardamente compreendia não possuir aquela dose de humor necessária e suficiente para se meter em tais andanças, e concluía, por vezes com solenes iritações, que não era ali o seu lugar.

Sobre a forma como os adeptos carnavalescos se exprimem, também a evolução tem sido notória e, particularmente, de há alguns anos a esta parte, uma minoria de energúmenos tem-se feito notar, pelo mau gosto das suas «brincadeiras».

Têm estes elementos nocivos, uma ideia bastante deformada do que deve ser o civismo nestes convívios carnavalescos preferindo expandir os seus piores instintos, e procurando transformar

certos trechos do recinto, em zonas interpostas, aqui ou acolá, de uso e abuso da permissividade social que caracteriza estes dias.

E assim que no meio dos foliões puros, ávidos de diversão, imaginativos, engraçados, espontâneos na dádiva aos outros da alegria interior, se intrometem alguns vândalos, que não se sabem reger pelas regras do respeito mínimo por quem passa ou assiste.

É com tristeza, que assistimos, por vezes, a excessos felizmente minoritários, que deturpam o são convívio da festa carnavalesca.

Eis alguns exemplos de brincadeiras de muito mau gosto: encher saquinhos com pedras em vez de serradura; utilizar lexívia, urina, amoníaco ou outros produtos químicos, em vez das tradicionais bisnagas com água; «lavagens» de cabelo, com ovos e farinha, no lugar das cada vez mais caras esfregas com papelinhos, etc., etc.

Tudo isto, como se vê, são notas que só servem para destoar o brilhantismo de uma festa, que os promotores se têm empenhado a fundo em fazer recuperar o prestígio, pelo que aquelas notas carecem de medidas urgentes e eficazes.

Somos do tempo ainda há bem poucos anos, em que todo o indivíduo que ultrapassasse os limites do elementar respeito pela sensibilidade dos semelhantes, era imediatamente posto fora do recinto.

Generalizou-se o conceito, de que porque «é Carnaval, nada faz mal» se pode fazer tudo quanto

der na gana. Discordamos plenamente desta «máxima», deste falso conceito de liberdade, e estamos convencidos de que, grande parte dos visitantes e suas famílias só pelo facto de se encontrarem dentro do recinto das batalhas de flores, estão dispostos a tolerar os excessos e as tropeças de alguns «engraçados» sem graça nenhuma.

Hoje, se a polícia, ou alguém, intervém, nesse sentido chamam-lhe repressão, fascismo, reacionismo. Chamem-lhe o que lhe chamarem a verdade é que o Carnaval de Loulé adquiriu grandes responsabilidades de projecção, que não se compadecem com a actuação de alguns indivíduos que não possuem um mínimo de educação cívica, e desse facto, orgulhosamente realizam cabal demonstração.

Impõe-se esta chamada de atenção para que se medite, e para que se actue. Aos organizadores, que tão excelente trabalho têm realizado, apenas queremos fazer sentir a necessidade de afastar uma sombra que prejudica a boa imagem do Carnaval de Loulé, minada pelos seus detractores e pela numerosa concorrência que vai fazendo sentir os seus efeitos.

Que não sejam estas palavras, entendidas como profecias de «novos do Restelo», tampouco como um penicilicó a repressão e ao autoritarismo, mas apenas como uma achega para que o bom senso volte a imperar. E que haja paz. E que haja Carnaval Civilizado.

RTI: DO «BURACO DA LEI» NASCE O «OVO DE COLOMBO»

dependente — foi de imediato combatida, e das formas mais espantosas: feita a escritura pública e noticiado o facto, ainda o titular da Comunicação Social de então, João Gomes, afirmava não acreditar «que algum notário se preste a fazer a escritura de uma organização destinada a exercer uma actividade ilegal e inconstitucional». E concluía: «Se isso se verificar porém, o Governo não deixará de intervir».

O Governo, efectivamente, interveio.

Daí o processo intentado pela RTI contra o Estado, processo que o Estado — ou o Governo de então? — poderão vir a perder brevemente.

O caso corre na 4.ª Vara Cível, em Lisboa. A decisão judicial não poderá tardar muito, realizada que foi, já no passado mês de Novembro, a tentativa de conciliação entre a RTI e o Estado, gorada devido à posição mantida pela RTI, para quem o direito de existência não oferece dúvidas.

★ APOIOS POLÍTICOS TÉCNICOS

Vinte e sete foram os fundadores da cooperativa Dez mil escudos — preço das 100 acções, número máximo que a cada um pode pertencer — multiplicados por aquele número perfeitamente capital inicial, o montante de 270

contos com que se constituiu a cooperativa.

Foi apenas um início. Posteriormente, muitos outros apoios vieram. Milhares de contos em acções é já o resultado parcelar da subscrição pública nacional considerados apenas os resultados obtidos nos distritos do Porto e Braga.

Apoios ainda não realizados, entretanto pois os fundadores só de posse da decisão judicial — ou de outras instâncias tais como a Comissão Constitucional ou Comissão dos Direitos do Homem — se prestarão a receber o dinheiro correspondente à subscrição das acções.

Mas se financeiramente, por vontade expressa dos responsáveis da cooperativa RTI, os meios se não realizaram, o mesmo já não acontece com os apoios políticos e tecnológicos, que de toda a parte vão chegando.

Os primeiros têm vindo a ser oferecidos por parte de dirigentes políticos e membros da hierarquia cristã.

Desde logo o Presidente do CDS, em seguida coadjuvado pelos restantes dirigentes centristas, se mostrou favorável à existência da RTI. Um dos actuais vice-presidentes daquele partido, o Dr. Francisco Lucas Pires, é mesmo autor de um parecer de direito constitucional, segundo o qual não restarão dúvidas, perante a Constituição de 1976 da legalidade e viabilidade da pretensão da RTI.

A mesma opinião seria seguida posteriormente, pelo presidente do PSD, Dr. Francisco Sá Carneiro, e será de referir no capítulo não menos importante da hierarquia que para além de D. António Ribeiro, cardeal-patriarca de Lisboa diversos bispos, desde logo o do Porto, D. António Ferreira Gomes, manifestaram a sua simpatia pelo projecto.

O presidente da República, embora sem opinião manifesta, não lhe seria adverso, bem pelo contrário. De momento, o próprio primeiro-ministro, Prof. Mota Pinto, suscitado o seu interesse pelo caso, estará a estudar os «dossiers» da RTI.

Segundo se julga saber, o próprio ministro da Comunicação Social, Proença da Carvalho, encara também a possibilidade de «O ovo de Colombo» ter, em breve, desfecho favorável ao início de uma actividade necessária num país que se quer democrático e livre.

(Conclui no próximo número)

ACIDENTE MORTAL

No transacto dia 6 faleceu tragicamente, vítima de brutal acidente de viação, António Ribeiro Coelho, de 47 anos de idade, casado, funcionário bancário, do B.E.S.C.L., que deixa orfãos, dois filhos menores.

O acidente referido ocorreu no sítio das Pontes, em Salir quando no exercício das suas funções regressava à Agência, em Loulé.

Depois de ter despistado o veículo que conduzia acabou por cair num poço, infelizmente.

A família enlutada apresenta-nos sentidas condolências.

NOTÍCIAS PESSOAIS

DO AMEIXIAL

No dia 20 de Fevereiro, no Hospital de Loulé teve o seu bom sucesso, dando à luz uma robusta criança do sexo feminino, a sr.ª D. Almerinda da Conceição Horta Cavaco, professora oficial, casada com o nosso prezado amigo sr. José Vargas Cavaco, conceituado comerciante nesta localidade.

A recém-nascida foi dado o nome de Patrícia Adelaide Horta Cavaco.

Aos felizes pais e restantes familiares, endereçamos os nossos sinceros parabéns e sinceros desejos de muitas felicidades para a neófito Patrícia Adelaide.



Mãe e filho: o presente e o futuro. Futuro que também nós ajudamos a construir, fomentando as poupanças e aplicando-as em investimentos produtivos.

Em todo o País, a Caixa Geral de Depósitos está presente, com a preocupação de servir cada vez melhor.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
de novo na Praça da República, em
LOULÉ

17.ª TAÇA ESCOLAR INTERNACIONAL

A Taça Escolar Internacional, que é destinada a jovens nascidos entre 23 de Maio de 1967 e 25 de Maio de 1968, é, por outro lado, uma iniciativa da Prevenção Rodoviária Internacional organismo este que integra associações rodoviárias de 30 países, entre os quais o nosso.

O certame procura avaliar os conhecimentos aos jovens sobre as regras de trânsito e a sua destreza na condução da bicicleta.

O calendário estabelecido para o ano em curso prevê três fases:

- No estabelecimento de ensino, até 3 de Março
 - Final Distrital em 21 de Abril
 - Final Nacional (em Lisboa) a 11, 12 e 13 de Maio.
- Os apuramentos processam-se como segue:
- Em cada estabelecimento de ensino sai 1 representante para a final Distrital;
 - Da final Distrital sai 1 representante para a final internacional, que terá lugar em Madrid, de 22 a 26 de Maio próximo.

DESPORTOS

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-105, de fls. 130 a 132, v., se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual a sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, na Av. Duque de Loulé, n.º 47, 5.º andar, dt.º, que gira sob a denominação de «Sotaqua — Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S. A. R. L.», se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrém, do seguinte prédio:

Rústico, com a área aproximada de mil setecentos e setenta metros quadrados, no sítio dos Cavacos, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando do norte com caminho, do nascente com Conceição Guerreiro, do sul com Bento Nunes e outro e do poente com Augusto de Sousa Pontes, inscrito na respectiva matriz predial, em nome da justificante, sob o artigo número mil quinhentos e sessenta e cinco, com o valor matricial de novecentos e vinte escudos e a que atribui o de noventa mil escudos;

Que este prédio está descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número vinte e um mil quinhentos e cinquenta e sete, a folhas cinquenta e seis, do livro B-cinquenta e cinco, não recaindo, porém, sobre o mesmo, quaisquer inscrições de transmissão, domínio ou para posse;

Que o mesmo prédio pertence à justificante, por se encontrar englobado no talhão de terreno para construção urbana, com a área de catorze mil e vinte e um metros quadrados, no aludido sítio dos Cavacos, da freguesia de Quarteira, deste concelho, que a mesma havia comprado pelo preço de mil novecentos e oitenta e um mil quatrocentos e setenta escudos, a Francisco Bitá Bota e mulher, Isabel Maria de Sousa Bitá Bota, residentes na cidade de Lisboa, através da escritura de dezoito de Agosto de mil novecentos e setenta e dois, lavrada a folhas oitenta e duas, do livro número B-sessenta e dois, de notas para escrituras diversas, deste Cartório;

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um, do Código do Registo Predial, não é aquela escritura título suficiente para registo, a verdade, porém, é que, os transmitentes, os aludidos Francisco Bitá Bota e mulher, eram por sua vez donos e legítimos possuidores, do prédio supra descrito e então vendido, pelo facto de o mesmo ter sido comprado pelo varão a José Caetano Júnior e mulher, Maria de Sousa Ferreira, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e residentes no aludido sítio dos Cavacos, através da escritura de vinte e um de Março de mil novecentos e sessenta e dois, lavrada a folhas catorze, do livro número oito-C, de notas para escrituras diversas, deste Cartório;

Que por sua vez estes transmitentes — José Caetano Júnior e mulher — eram donos e legítimos possuidores, também com exclusão de outrém, do prédio supra descrito, pelo facto de o mesmo haver sido comprado pelo varão a António João Estevão e mulher, Maria da Conceição Santana, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, e residentes na povoação e freguesia de Quarteira, deste concelho, por escritura de dois de Março de mil novecentos e sessenta e um, lavrada a folhas cinquenta e duas, do livro número quatro-A, de notas para escrituras diversas, deste Cartório;

Que finalmente estes transmitentes, António João Estevão e mulher, eram por sua vez donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, do referido prédio, pelo facto do mesmo ter sido adquirido pelo varão, em data imprecisa, mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e vinte e um, na parti-

ha dos bens comuns do seu casal, com Rita Pires, que foi residente na povoação e freguesia de Quarteira, deste concelho, dissolvido por divórcio, decretado por sentença que transitou em julgado, em onze de Novembro de mil novecentos e vinte, no Juízo de Direito desta comarca de Loulé, tendo a aludida partilha, consequente ao divórcio, sido efectuada, por mero contrato verbal nunca reduzido a escritura pública, entre ambos; sendo também certo,

Que desde a referida data, sempre o prédio supra descrito — inicialmente pelo António João Estevão e posteriormente ao seu casamento de segundas núpcias com a referida Maria da Conceição Santana por ambos — foi possuído em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que na data em que o transmitiram pela citada escritura de dois de Março de mil novecentos e sessenta e um, também já o haviam adquirido por usucapião;

Que em face do exposto não tem a sociedade justificante possibilidade de comprovar o direito de propriedade perfeita dos transmitentes António João Estevão e mulher, sobre o prédio supra descrito, pelos meios extrajudiciais normais. Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 7 de Março de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Quando conduzir um veículo pesado e ao aperceber-se de que pretendem ultrapassá-lo, faça sinal com o pisca-pisca da esquerda se considerar essa manobra perigosa.



A sua ajuda pode evitar um acidente.

CORTICITE

— em folhas p/ juntas —

CASA CHAVES CAMINHA

Av. Rio de Janeiro, 19-B

Lisboa — Telef. 885163

CARIMBOS

Executam-se na

GRAFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa

Telef. 62536 — LOULÉ

● ATLETISMO

No dia 18 de Fevereiro disputaram-se em Vilamoura, os Campeonatos Regionais de Corta-mato para todas as categorias.

Merece ser realçada a boa organização das provas, contudo a nota mais saliente foi a presença de mais de 600 atletas em representação de 29 Clubes e Núcleos. Estão de parabéns os promotores da modalidade, porque a mesma já se pratica de Sagres a Vila Real de Sto. António, com destaque para alguns, que são exemplo dum trabalho com bons resultados.

CLASSIFICAÇÕES:

Iniciados Femininos — 1.º, Norberta Carmo (Pereirense); 2.º, Isabel Domingos (J. A. Aleixo — Estoi); 3.º, Manuela Faustino (Alvor).

Iniciados Masculino — 1.º, Luís Canhoto (Vila Bispo); 2.º, Henrique Duarte (Amador de Lagos); 3.º, Manuel Pinho (Ferreagudo).

Todos estes atletas estarão presentes ao Campeonato Nacional a realizar em Lisboa. A atleta do Quarteirense Susel Rodrigues também se encontra convocada como suplente, prémio dum trabalho feito durante a corrente época.

Infantis Feminino — 1.º, Susana Maria (Alvor); 2.º, Maria José (Quarteirense); 3.º, Nilda Teixeira (J. A. Aleixo — Estoi).

Infantis Masculino — 1.º, José J. Carneira (Silves); 2.º, António Pinho (Ferreagudo); 3.º, José Tavares (Oihanense).

Em conformidade com os resultados destacamos o 2.º lugar alcançado pelo atleta do Quarteirense António José. Não podemos esquecer a belíssima prova executada na classe masculina pelos Quarteirenses, Paulo Nuno (7.º) e Arménio Gonçalves (10.º) porque à ordem de chamada foram colocados na última linha de partida numa prova renhidamente disputada por 227 atletas.

Juvenis Feminino — 1.º, Maria Madalena (Silves); 2.º, Florbela Damas (Silves); 3.º, Célia Viegas (Louletano).

Por equipas: Juvenis Femininos — 1.º, Silves; 2.º, Quarteirense.

Juvenis Masculinos — 1.º, José Gregório (Esperança Lagos); 2.º, Rui Vieitas (Náutico do Guadiana); 3.º, Paulo Ferro (Amador Lagos).

Por equipas — Juvenis Masculinos — 1.º, Amador Lagos; 2.º, Boavista do Portimão.

Individualmente destacamos a louletana Célia Viegas e o vencedor masculino José Gregório (Esperança Lagos). As atletas do Quarteirense fizeram uma prova inteligente procurando o 2.º lugar colectivo que alcançaram (Ana Luisa (7.º), Graça Adro (10.º), Carla Silva (11.º) e Ana Ramos 12.º).

Júniors - Séniores Femininos — 1.º, Clara Rosário (Quarteirense); 2.º, Leonor Coelho (Amador Lagos).

Júniors - Séniores Masculinos — 1.º, Ezequiel Canário (Farense); 2.º, André Prudêncio (Carvoeiro); 3.º, Mário Almeida (Farense).

Por equipas — Masculino — 1.º, Oihanense; 2.º, Clube de Vela de Tavira.

Na Prova feminina só devemos destacar o bom tempo de Clara Rosário (Quarteirense) lamentando que esta classe ainda não tenha os elementos que permitam um despique, lutando estas raparigas contra o tempo, fazendo autênticos contra-relógios.

Nos masculinos realçamos a magnífica forma de Canário (Farense) um elemento a considerar nos próximos nacionais a realizar na Figueira da Foz. Surpresa foi a vitória do Oihanense por equipas porque o Farense colocou três homens nos 6 primeiros lugares. No final houve distribuição de prémios a atletas e Clubes, pelo Presidente da A. A. Faro, Noronha e elenco Directivo, assim como pelo Presidente do Quarteirense sr. Dionísio Cravo.

Colaboraram nestas provas a Associação de Atletismo de Faro,

Delegação de Faro da D. G. D. e Quarteirense pela organização, além da C. R. Turismo, Junta de Freguesia de Quarteira, B. N. Ultramarino, Sumol, Francisco Sousa Graça, Sileno, B. Fonseca & Burnay, Lusotur, Eurodomus, Gráfica Louletana, Robialac — A. Laginha e António Vitorino da Encarnação.

No dia 4 de Março disputaram-se os Campeonatos Nacionais de Corta-Mato para federados, na Figueira da Foz. O Quarteirense estará representado pelas atletas, Clara Rosário (Júnior) Luís Quitéria (Júnior) e José Guerreiro (Sénior).

Aproximam-se as provas de pista (velocidade, saltadores e lançadores) e sentimos que as mesmas se realizem na Mini-Pista do liceu de Faro. Não será esta a altura própria para finalizar a pista de Vilamoura, possuidora das medidas regulamentares e instalações de apoio?

Apeamos à atenção da Lusotur, Delegação de Faro da D. G. D., Associação de Atletismo de Faro e Câmara Municipal de Loulé no sentido de colaborarem neste trabalho contribuindo assim para o maior desenvolvimento da modalidade no Algarve e em especial do concelho.

● FUTEBOL

No período de 24 a 27 de Fevereiro último, com a organização da Delegação Regional dos Desportos, realizaram-se as fases concelhias do «Torneio de Carnaval de Futebol», dos escalões A a C, com a participação total de 326 jovens assim repartidos:

Em Loulé (Concelho), 58; em Tavira (Concelhos Tavira e V. Real de St.º António), 38; em Olhão (Concelho), 75; em Armadão de Pera (Concelhos de Silves, Portimão e Monchique), 75; e em Montenegro (Concelho de Faro), 80.

● GINÁSTICA DESPORTIVA

Uma equipa de 14 jovens ginastas de ambos os sexos, provenientes de diversos núcleos da DGD, participou no passado dia 3 de Março em Portimão, num convívio de ginástica desportiva integrado nas cerimónias de comemoração do 50.º aniversário da fundação do Boa Esperança Atlético Clube Portimonense.

CRÓNICA DE ALBUFEIRA

A Estrada 395 de Ferreiras a Albufeira, próximo à zona do Oleandro encontra-se cheia de buracos além de desmoronamento do seu piso apesar da sua construção ser recente.

—//—

A falta de limpeza dos ribeiros poderá ocasionar o estrangulamento do pontão junto à entrada da vila. Oxalá não advenha outra catástrofe semelhante à de anos atrás, em que várias vidas foram ceifadas.

Na estrada de Albufeira-Quarteira encontram-se bermas em péssimo estado ocasionando perigo constante aos condutores de veículos, além da ponte, já tão antiga, cuja água chegou a atingir grande volume

—//—

Mais uma vez se verifica a necessidade na construção dum Porto de Abrigo nesta vila piscatória. Ainda hoje se poderia ter de lamentar a perda da vida de pescadores quando dois barcos de pesca à rede ao regressar da faina foram apanhados por forte rebentação, voltando-se as embarcações que originou felizmente somente o susto para os pre-

sentes em terra, e as tripulações.

O porto de abrigo traria grandes vantagens não só para a classe piscatória que poderia sair diariamente para a labuta do ganha pão, como o custo do produto para consumo seria mais acessível para a população.

—//—

Continua em atraso a conclusão das aberturas realizadas para colocação de esgotos na estrada de Albufeira-Vale de Parra e na Avenida do Ténis com graves prejuízos dos moradores, transportes colectivos e particulares.

JALEX - PUBLICIDADE

RECLAMES LUMINOSOS
CARTAZES PUBLICITÁRIOS



Telefone 53247
Rua 5 de Outubro

ALBUFEIRA

(10-2)

REFORMA AGRÁRIA é tema controverso

(continuação da pág. 4)
tando também. A verdade, porém é que quem usa os processos, métodos e golpes de Cunhal é justamente o «dr.» Anacleto. Com efeito, na primavera da revolução dos cravos (e dos cravos) quem procurava achincalhar, difamar e amedrontar usando do expediente grosseiro de apelar de fascista e reacçãoário quem lhe não quadra ou fosse afecto era, precisamente, o Cunhal e os seus fantoches. Agora já também os Anacleto truanejam e aí temos um, ao apreciar um «Manifesto» que não se pauta pela sua «verdade», a única, a monopolizada, a ter como ponto de honra mimosar os seus outorgantes com epítetos que reputa altamente ofensivos e ameaças que julga sumamente anestesiantes.

Os extremos tocam-se e a política é uma porta muito suja quaisquer que sejam as vestes com que se atavia.

Informa o «dr.» Anacleto que o «povo» PC se deitava à frente do tractor a fim de impedir a demarcação das reservas que este fazia. E daqui conclui que tal «povo» deve, no mínimo, ser sumariamente executado, sem direito de defesa. Não interessa saber porque é que, e ao comando de quem, este povo põe assim em risco a sua vida. Não releva, mesmo, saber, porque é que o povo alentejano é, na sua maioria, «povo» do PC. É desnecessário dialogar com ele, informar-se (dele) e informá-lo (a ele) porque é que a unidade colectiva ou a Cooperativa, isentas de impostos e, em alguns casos, não pagando os empréstimos, lhe não podem pagar salário mais alto (e frequentemente lhe paga mais baixo) do que o ganho de fome que lhe paga o agrário. Desinteressa mostrar-lhe que a colectivização de um ramo de actividade inserida numa sociedade não comunista (que deixa aberta a via da liberdade do trabalho) é inviável. Irreleva demonstrar-lhe que a aplicação prática da teoria de certos ideólogos que vivem e prosperam na Grande Babilónia, ou ainda mais longe, pode não ser a mais benéfica. Não importa estudar com esse «povo»

uma forma de divisão e amanho de terra (designadamente, quando possível a constituição de explorações unifamiliares) que gere estímulo para o trabalho e proveito, maximamente, as potencialidades, humanas, dele, povo, e, naturais dela, terra. Não é preciso verificar em que medida poderá proceder o sentimento desse «povo» de que só deve de ser considerado legítimo possuidor da terra quem nela produz trabalho. Nem adianta demonstrar-lhe que o capital de hoje é o trabalho de ontem e a sua incorporação na terra legítima, da mesma forma, a posse desta.

Não. Nada de diálogos.

O que interessa aos Anacleto é que o «povo» PC (não os «donos» desse «povo») que são paisanos do dito «dr.» seja crucificado, morto e sepultado, como erva ruim que se monda de seara boa.

Só que talvez haja um óbice em que não atentou o «dr.» Anacleto: Quem é que, então, vai produzir o pão que nós (este «dr.» e eu) comemos matinalmente com manteiga? É que, por mim, tenho um receio enorme que das profundezas da sapiência do «dr.» Anacleto e dos arcanos dos seus (e meus) códigos, se não possa extrair trigo.

Ou será que o «dr.» Anacleto pretende carpintear mais Catariñas Eufémias para «depois de mortas serem rainhas» nos anais do PCP?

Penso que a «molhada de juristas» sabe, como o «dr.» Anacleto que a sanção é elemento essencial da norma jurídica. Mas quando esta se opõe às convicções de um «povo» (e é o dr. Anacleto que o diz) há qualquer coisa que está mal e tem de ser corrigido, ou naquela norma, ou nestas convicções ou em ambas as coisas. Importa então, antes de proceder ao genocídio, efectuar as necessárias correcções.

Para retratar realmente a situação do que se passa na zona da reforma agrária, precisa a hipótese da penhora, posta pelo heróico censor da «molhada de juristas», de uma correcção que este, adrede, emitiu. Com efeito,

temos de ponderar que o dono da casa (e o dono da casa na metáfora é o P. C. P.) em vez de usar directamente o cacete, entregou uma espingarda a um filho de doze anos que, devidamente instruído, desfechou um tiro no meirinho quando este, cumprindo o mandado, tentava proceder à penhora. E agora, «quid juris», sr. «dr.»? Já se sabe: na sua o juiz manda matar, esfolar e fritar o garoto; quanto ao pai, ao invés, ordena que saia em ombros pela porta grandel Para o signatário, que tem ideias diferentes, a história tem um epílogo diverso.

A reforma agrária em Portugal, se Deus der vida e saúde a este país, tem de ser efectuada... com ou sem o acordo do «dr.» Anacleto.

Esperemos para isso que vozes como a de Loulé (que até filia na existência da Reforma Agrária a necessidade de importarmos vinho) e a do «dr.» Anacleto não cheguem ao Céu.

E pronto, se o leitor, que teve a paciência de o ser, não divisar neste periódico uma resposta minha a inevitável resposta do «dr.» Anacleto (pois não é crível que este meta a viola no saco) diga que eu, pela contumácia dessa resposta ou morri, ou nauseei.

VALÉRIO BEXIGA

TRESPASSA-SE

Mercearia situada na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 123 — Loulé.

Tratar no próprio local. (3-1)

TRESPASSA-SE

Restaurante em Loulé. Nesta redacção se informa.

(3-1)

COMPRO

Ouro, pratas, relógios de bolso antigos e moedas. PAGO BEM.

Ourivesaria Dinis — Telf. 65527 — QUARTEIRA.

(12-8)

PRECISA-SE

2.º ESCRITURÁRIO

Com muita prática e conhecimentos de contabilidade.

Enviar informações detalhadas e curriculum a este jornal ao n.º 43.

ALUGAM-SE

APARTAMENTOS

Precisam-se apartamentos com ou sem mobílias, em Loulé ou Faro.

Nesta redacção se informa.

Fábrica de Confeitaria e Pastelaria Lusitânia do Sul, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 123 a 124, v.º do livro n.º B-105, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Silvestre Rodrigues Gomes e Custódio Rodrigues Gomes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a denominação de «Fábrica de Confeitaria e Pastelaria do Sul, Limitada», tem a sua sede na Rua Afonso de Albuquerque, número cento e cinco, desta vila, freguesia de S. Clemente e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste no fabrico e comercialização de bolos, doces e similares, podendo, no entanto, explorar qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Terceiro — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de um milhão de escudos e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma de novecentos e cinquenta mil escudos, pertencente ao sócio Silvestre Rodrigues Gomes;

E outra de cinquenta mil escudos, pertencente ao sócio Custódio Rodrigues Gomes.

Quarto — A gerência da sociedade, dispensada de caução, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral, pertence ao sócio Silvestre Rodrigues Gomes, sendo necessária e suficiente a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade, quer activa, quer passivamente.

Quinto — Entre os sócios são livremente permitidas as cessões de quotas, no todo ou em parte; — a estranhos carecem do consentimento do sócio ou sócios não cedentes, dado por escrito, a quem fica reservado o direito da preferência, nas mesmas.

Sexto — As Assembleias Gerais, quando a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com dez dias de antecedência, pelo menos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 7 de Março de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

PRECISAM-SE

Homens para trabalhar em serviço nocturno.

Resposta a este jornal ao n.º 44.

VENDEDOR

Precisam-se para artesanato, na área do Algarve. Boa percentagem.

Resposta a este jornal ao n.º 43.

ALUGA-SE ARMAZÉM

Com 160 m², no sítio da Goncinha.

Tratar com Dionísio Barros Viegas — R. Combatentes da G. Guerra, 22-1.º — LOULÉ.

(3-1)

CHEFE DE PASTELARIA

Precisa Hotel D. Filipa. Contactar pelo telefone 94141/2 — ALMANCIL.

(3-1)

VENDE-SE

Apartamento c/ salão e 3 quartos, cozinha e 2 casas de banho. Totalmente livre. Vendo, bom preço.

Nesta redacção se informa.

NOVA TERRA — COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DE LOULÉ, S.C.A.R.L.

SEDE PROVISÓRIA — RUA SACADURA CABRAL, 26
APARTADO 71 — LOULÉ

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do art.º 29 dos Estatutos, convoco os sócios da NOVA TERRA — Cooperativa de Habitação Económica de Loulé, S.C.A.R.L., para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar em 17 de Março de 1978, pelas 14,30 h., no salão da SOCIEDADE RECREATIVA DOS ARTISTAS, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Informações;
- 2.º — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal;
- 3.º — Eleição dos Corpos Sociais para o ano de 1979.

Não comparecendo à hora acima designada, número legal de sócios para a Assembleia Geral Ordinária poder funcionar em 1.ª convocatória, nos termos do art.º 32.º dos Estatutos, funcionará em 2.ª convocatória uma hora depois, com qualquer número de sócios presentes.

Loulé, 20 de Fevereiro de 1979.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Manuel Barroso Proença

INDÚSTRIA HOTELEIRA

Temos stock de:

CUTELARIAS — AÇO INOX — ALUMÍNIO FORTE E FUNDIDO
LOUÇAS — VIDROS — PAPEIS

PANELAS PRESSÃO INDUSTRIAIS — LOUÇA EM FERRO

FRANCISCO J. MENDES LIMA

Exposição no Sul: R. Condestabre, 28 — QUARTEIRA

GRUTAS ALGARVIAS

— UMA NOVA ATRACÇÃO TURÍSTICA

Agora que fomos descobertos pelo Turismo, e que os estrangeiros começaram a admirar algumas belezas do nosso Algarve, compete-nos confirmar a sua preferência, fornecendo-lhes um sem número de instalações e roteiros turísticos para todos os gostos. Não queiramos que o turista venha, veja aquilo que não aprecia, e que regresse desiludido e negando todas as publicidades que lhe fizeram desta bela província portuguesa.

A nossa melhor publicidade é proporcionar aos que nos procuram o bem estar e o prazer que eles aqui vêm procurar. E não é só à beira-mar que lhes devemos oferecer estas atracções, até porque poucos preferem exclusivamente a praia. O campo também os atrai bastante, completando os efeitos desta. Todos deverão estar de acordo neste ponto.

Mas agora pergunto: — o que se tem feito neste sentido? Onde estão os roteiros turísticos, servidos por diversas instalações e modernizadas redes de transportes, que cubram o pequeno território algarvio? A praia e o campo, num pequeno raio de escasos quilómetros, quando bem coordenados, poderiam dar aos visitantes tudo o que temos e podemos oferecer-lhes...

Não é justo que ocultemos um sem número de locais de interesse que o turista possa apreciar. Entre muitos, estão neste caso as diversas grutas espalhadas por toda a província e que certamente seriam do agrado de todos os visitantes. No concelho de Loulé existem algumas maravilhosas grutas, em grande parte das regiões de origem calcária.

Muitos países, ao divulgarem as suas atracções turísticas, mencionam com bastante relevo as grutas neles existentes, e que o turista visita e goza, levando sempre uma agradável impressão destas maravilhas subterrâneas criadas pela natureza. Porque não se faz o mesmo em Portugal, no nosso caso, para o território algarvio? Ou serão as nossas grutas de menor interesse que as outras? É certo que são relativamente pequenas, mas encerram as belezas, próprias e características, destas cavernas nas entranhas da terra, formadas pela erosão provocada pelas águas nos sub-solos rochosos, desde há milhares de anos.

Os rendilhados, bordaduras, estalactites e estalagmites nestas cavernas são dignos de serem apreciados. De galeria para galeria há sempre um interesse novo e diferente, uma nova forma em cada complexo cristalino...

Esperemos que estas grutas sejam divulgadas, e convenientemente preparadas para receber o turista. Então, estaremos certos de termos mais ou menos contribuído para a fomentação do turismo neste maravilhoso e ainda inexplorado Algarve, que afinal é na realidade nossa vontade unânime.

CARLOS MANUEL CALADO

N. R. — Acompanhada de uma lisonjeira carta focando o interesse que já temos manifestado

pelo alargamento da acção turística a valiosos elementos existentes nos meios rurais do interior da nossa província, recebemos o artigo acima que, gostosamente publicamos.

Diz-nos o seu autor que vive em Almada mas que a sua simpatia por Loulé se deve ao facto de aqui vir passar as suas férias e por isso considerar Loulé sua «terra adoptiva».

Pede-nos para o artigo ser acompanhado da publicação da fotografia de uma caverna com 50 m. de comprimento por 20 de altura, existente numa gruta na região de Alte.

Não pudemos satisfazer o desejo do nosso novo colaborador, por verificarmos que a mesma fotografia não dá reprodução capaz, mas ficamos muito reconhecidos, se quiser continuar a dar-nos as suas ideias e críticas sobre tão momentoso problema.

Este artigo foi publicado na «Voz de Loulé» de 21 de Fevereiro de 1967.

Já decorreram, portanto, mais de 10 anos e apesar de incremento turístico do Algarve, tudo continua na mesma...

É pena, muita pena mesmo. Será este mais um problema para a Comissão de Turismo tentar resolver?

LIVROS NOVOS

● FREUD — Introdução à Psicanálise

A figura e a obra de Sigmund Freud fazem hoje parte do património cultural da humanidade e são certamente das que mais profundamente marcaram o nosso tempo. Ninguém que se queira em dia com as grandes correntes culturais do nosso mundo pode dar-se ao luxo de ignorar a psicanálise, tão profundamente

É assim a «generosidade» dos soviéticos

Durante um recente encontro em Moscovo, o primeiro-ministro soviético Alexei Kosygin sugeriu ao ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Marcelino Oreja Aguirre, que os russos poderiam ajudar a Espanha a controlar os guerrilheiros esquerdistas bascos, com uma condição: a Espanha deveria concordar em não aderir à NATO. Oreja recusou discutir o assunto, e o seu país virou-se para os peritos em contraterrorismo da Alemanha Ocidental para os ajudar a combater os bascos — um acordo que recentemente deu frutos com a prisão de alguns chefes.

Claro que, se a Espanha aceitasse não aderir à Nato, imediatamente teria «nova oferta» para aderir ao Pacto de Varsóvia...

SORRISO EM PEQUIM

O «Diário do Povo», que se publica em Pequim, registou há dias, na primeira página, os termos dum diálogo travado entre três cidadãos, um inglês, um francês e um soviético. Falando de automóveis, dizia o inglês:

— Quando vou para o escritório utilizo o «Rolls»; a minha mulher vai às compras num «Mini»; e quando vamos ao estrangeiro levamos o «Jaguar». Interveio, seguidamente, o francês:

— Para o trabalho vou num «CX Citroen» e a minha mulher utiliza para ir ao mercado o seu pequeno «Peugeot»; quando vamos de férias para o estrangeiro levamos o nosso «Matra».

Perante o silêncio do soviético, os outros perguntaram:

— E vocês, lá na União Soviética?

— Nós utilizamos o pequeno Moskovitch.

— E quando vão ao estrangeiro?

— Nas viagens ao estrangeiro utilizamos sempre os tanques — respondeu o soviético.

FAÇA PUBLICIDADE EM

«A VOZ DE LOULÉ»

te ela tem marcado a evolução das ciências do homem.

A obra que se apresenta não é nem pretende ser uma simples biografia de Freud. Mesmo que pretendesse sê-lo, nunca poderia ignorar as palavras do próprio Freud: «A minha vida só tem interesse nas suas relações com a psicanálise».

Autor: Octave Mannoni.

Editor: Publicações Europa-América.

● ENFERMAGEM CIRÚRGICA

Depois de ter dedicado um dos seus volumes à enfermagem médica, esta colecção apresenta agora aos seus leitores uma obra em que é contemplado, de forma exaustiva, o tema da enfermagem cirúrgica. Trata-se, como facilmente se compreende, duma matéria verdadeiramente básica, de cujo conhecimento não pode sentir-se dispensado nenhum profissional de enfermagem. De facto, se, por um lado, os progressos da cirurgia tornaram cada vez mais frequente o recurso às possibilidades que ela oferece, por outro, não é preciso trabalhar num bloco operatório para o profissional de enfermagem se ver confrontado com os problemas de doentes em fase pré ou pós-operatória. E daí justamente a necessidade de todos se encontrarem habilitados a dar resposta pronta e eficaz aos problemas que se colocam no campo da enfermagem cirúrgica.

Autora: Elizabeth J. Fish

Editor: Publicações Europa-América.

Autor: Octave Mannoni.

CONCURSO LITERÁRIO JUVENIL DA CIDADE DE FARO

A Delegação Regional da Casa da Cultura em Faro, à semelhança do que já tem feito, vai organizar este ano um Concurso Literário Juvenil da Cidade de Faro.

Em face do interesse que a iniciativa se reveste chamamos a atenção dos jovens para o respectivo regulamento que a seguir grafamos:

1.º — O Concurso Literário Juvenil da Cidade de Faro é uma iniciativa da CASA DE CULTURA DA JUVENTUDE DE FARO — F.A.O.J..

2.º — Podem participar, neste certame literário, todos os jovens portugueses, estudantes ou não. Haverá 2 categorias de concorrentes: jovens até 15 anos; jovens, entre os 16 e 20 anos.

3.º — Prevêem-se as seguintes modalidades: Conto, Poesia Livre, Ensaio, Poesia obrigada a mote, Quadra, Peça de Teatro.

4.º — As produções devem apresentar-se o mais legivelmente possível.

5.º — A Quadra poderá apresentar-se isolada, ou integrada num conjunto.

6.º — O mote para a modalidade àquele obrigada, é a Quadra do Poeta JOÃO DE DEUS:

Mas como a crítica custa
Amarga réplica às vezes
Crítica rígida, justa,
Nunca a fazem tais fregueses

7.º — Os trabalhos devem ser identificados através de um pseudónimo, ou divisa. As produções serão acompanhadas dum subscrito lacrado, contendo no interior o nome do autor e a sua residência, ou o estabelecimento de ensino, que possivelmente, fre-

quente, e ainda o pseudónimo ou divisa escolhidos.

Os trabalhos devem conter a indicação da idade do concorrente.

8.º — Os participantes neste certame literário podem concorrer a cada modalidade com um número ilimitado de produções, que serão identificados pelo mesmo pseudónimo ou divisa, ou por pseudónimo e divisa diferentes.

9.º — O prazo de entrega das produções termina, no dia 31 de Maio de 1979.

10.º — Será constituído um júri que apreciará os trabalhos concorrentes. Os nomes das pessoas que o formarão serão oportunamente tornados públicos. As suas deliberações não admitem recurso.

11.º — Serão atribuídos 1.º, 2.º e 3.º prémios, para cada modalidade e categoria previstas, neste Concurso Literário Juvenil da Cidade de Faro. O Júri reserva-se o direito de não atribuir quaisquer das classificações previstas, por não encontrar mérito para tal, nas produções que apreciar.

12.º — Em todos os casos omissos este Regulamento será completado pelo Júri do Concurso Literário.

13.º — Os nomes dos concorrentes premiados serão conhecidos no dia, a designar, em que se realizar uma sessão pública para o fim de se conhecer as obras e os nomes dos seus autores.

14.º — As produções literárias concorrentes devem ser enviadas para o seguinte endereço:

CASA DE CULTURA DA JUVENTUDE DE FARO — FAOJ — R. DOS BOMBEIROS PORTUGUESES, 4-1.º, Esq.º — 8000 F A R O.

OLHE O PERIGO DE FRENTE!



Na estrada caminhe sempre pelo seu lado esquerdo

Circular e viver.

ESTÃO NA BERLINDA as férias repartidas

(continuação da pág. 1)

baixa (na maior fatia do ano), podem beneficiar de preços mais acessíveis, sem os inconvenientes do congestionamento, das sobreestadias e de menores atenções.

Durante esse longo período e em ocasiões devidamente ponderadas, também se podem fazer férias... férias repartidas e, portanto, preparadas e programadas, paulatinamente, com a devida antecedência e de acordo com as virtuais apetências, propensões e possibilidades do excursionista nacional.

No mosaico exposto pelas regiões turísticas de Portugal (e não são tão poucas como isso) algumas há que concitam, conforme a estação do ano, à sua eleição como meta ambicionada para regenerador «absentismo».

Neste País, bafejado por um clima bonançoso e temperado, não é difícil fazer aproveitáveis férias, o reconhecemos por tácita unanimidade.

É fácil, em qualquer altura do ano saber qual a região mais indicada para o repouso tonificante.

Se a Costa Verde (que vai de Valença a Espinho), se a Costa de Prata (de Espinho a Ericeira), se a Costa de Lisboa (da Ericeira a Troia), ou ainda outras mais de não somenos importância, como a própria Grande Lisboa, as Planícies (o Ribatejo e os Alentejos), este portentoso Algarve, a Madeira e os Açores.

Por todos estes pontos as mil-e-uma atracções e recreações de toda a gama, desde os mimos de culinária aos objectos e artefactos artesanais, do desporto às terras, dos passeios às visitas aos museus, joias arquitectónicas e monumentais, tudo se pode di-

zer devoluto e na expectativa do que, extinta a corrente flutuante migratória do estilo, outros forasteiros mais circunspectos porventura, aproveitem melhor os seus cíclicos lazes.

Não há dúvida de que as férias repartidas desafiam a sagacidade de quem por elas opte.

É uma opção que acarreta, se assim for desejado, um planeamento e um itinerário consentâneo com a época a visar.

Perante o naipe destas disparas regiões, pode apenas subsistir, para o potencial excursionista, uma dificuldade: a de hesitar na respectiva escolha.

Entretanto, outras razões poderão depôr a favor das férias repartidas e que não são apenas as de ordem pessoal.

Estarão inclusas neste caso a distribuição de férias em muitas actividades, ao longo do calendário, permitindo o racional escalonamento, o seu funcionamento sem interrupções.

Se esta alternativa se generalizasse, os centros turísticos mais frequentados e procurados, deixariam de acusar a excessiva concentração de forasteiros e as perturbações que a acumulação de clientela sempre acarreta.

Estamos porém em crer que não será suficiente apenas uma persistente campanha pró-férias repartidas, ainda que magistralmente delineada.

Outras medidas conjuntas devem ser estudadas em paralelo, para se saber da sua viabilidade. Portanto, outros departamentos estatais, designadamente o da Educação, também se devem debruçar e apreciar este assunto.

As grandes férias dos estudantes intercalares dos anos lectivos, que se verificam no Verão, não

são da competência, dos pais ou dos encarregados de educação. A sua rigidez tradicional, de difícil modificação, não permite o recurso a tais férias móveis.

Sendo assim, uma grande parcela da população portuguesa está virtualmente privada das férias repartidas, uma vez que não pode perfiar opções.

Mas resta uma outra parte da população e como cada qual é dono e senhor dos seus gostos e inclinações é admissível que sopesadas todas as razões e motivações em jogo, as férias repartidas venham a grangear progressivamente maior número de aderentes e de simpatizantes.

J. C. VIEGAS

GATUNOS E CARTEIRISTAS APROVEITARAM O CARNAVAL PARA FAZER DAS SUAS

É certo e sabido que os amigos do alheio se acercam dos ajuntamentos para actuarem a seu modo: sacarem das algibeiras as carteiras e os porta-moedas.

Assim sucedeu durante o Carnaval aqui fortemente celebrado como habitualmente por grandes multidões.

Certos marginais actuaram junto do recinto de festas, outros, ainda, nos parques de estacionamento para automóveis.

Depois de esvaziadas as carteiras dos seus valores foram encontradas algumas delas em lugares mais insólitos. Em cima de talhados, por exemplo contendo

VENDEU-SE VINHO À RÚSSIA A 2\$50 O LITRO e Portugal vai agora importar 8 milhões de litros a 12\$50

(continuação da pág. 1)

da passo detectada, de milhões de litros, visto que Portugal não estava, nem nunca esteve, com reservas de vinho em excesso.

Agora o Governo, face à coerência de vinhos de consumo, vai fazer uma importação maciça de vinhos correntes, da Argentina, da Espanha, de França, da Grécia, etc de 8 milhões de litros, que importará em milhões de contos.

O preço médio da importação é de 12\$50 litro.

A falta de vinho que se nota no País, elevou já o preço para 40\$00.

Nos restaurantes, o vinho servido à mesa, anda já por 70\$00 e mais, a garrafa de 7,5 decilitros (três quartos de litro)!

Por este andar, jamais encontraremos caminho que nos leve à independência nacional. O futuro o dirá.

(In «Comércio de Gaia»)

AGENDA

dos Portos de Barlavento do Algarve 1979

Pela Direcção-Geral de Portos de Barlavento do Algarve, foi publicada a Agenda respectiva que atinge assim a sua 46.ª edição.

De acordo com a sua orientação esta Agenda dá à estampa, além de outros elementos, dados astronómicos, tabelas e informativas diversas, plantas da costa do Barlavento do Algarve, dos Portos de Lagos e de Portimão, uma série útil de quadros das marés, horas das prela-mares e baixa-mares e descrições gerais dos Portos de Portimão, Lagos e porto fluvial de Silves.

Como por aqui se poderá notar, a publicação reveste-se de especial interesse para aqueles que exercem actividades marítimas e piscatórias.

Ao Engenheiro-Director dos Portos de Barlavento do Algarve, apresentamos pela amável oferta de um exemplar, os nossos agradecimentos.

FOLHETIM «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE» Pelo Dr. Ataíde Oliveira

- Não me é lícito ver esses apontamentos?
- Não, senhor.
- Desculpe-me a impertinência do pedido.
- Não posso mostrar esses apontamentos porque para mim representam quase um legado de família. Há nesses apontamentos muitas e diversas letras de pessoas falecidas há séculos.
- Estou realmente convencido de que é numeroso o pessoal crente em mouras encantadas.
- E por que não? Há alguma coisa a Deus impossível? Não consultou Saul uma feiticeira? Os magos do Egipto não faziam coisas extraordinárias por intermédio da magia?
- Era já noite. Despedi-me e agradei tão amplas informações. Na rua e quase à porta da velhinha que me acompanhava, disse-me esta:
- Em toda a vila não há quem saiba tanto de mouras encantadas.

CASOS MODERNOS EM LOULÉ

V

É notável a série de casos narrados pelos contemporâneos relativos às mouras ou mouros aparecidos em tempos modernos e que são aduzidos pelos que acreditam em mouras encantadas. Apontarei alguns:

Há menos de cinquenta anos, residia nesta vila um cavaleiro do norte, então dono da Quinta do Pombal, nas proximidades da Fonte das Romeirinhas e da Fonte da Moura, subúrbios desta vila. Este cavaleiro costumava recolher cedo à sua quinta; numa ocasião, porém, descuidou-se na vila e recolheu tarde. Quando chegou próximo da portada do seu prédio deu meia noite no sino do relógio da vila. Ao correr do ferrolho da portada viu sobre a parede da Quinta uma mulher vestida de branco.

— Quem está lá? interrogou em voz alta.

A mulher não respondeu.

— Quem está lá? instou em voz mais alta.

O mesmo silêncio.

Então o cavaleiro colocou a clavina, de que andava sempre acompanhado, em condições de fazer fogo, e ao mesmo tempo cor-

reu com força o ferrolho. Neste momento sentiu forte pancada na cabeça e caiu sem sentidos.

O que depois se passou entre o cavaleiro e a mulher ninguém sabe afirmar, nem o cavaleiro contou. Sabe-se que de aí em diante andou sempre triste, morrendo pouco tempo depois.

E digam que as mouras encantadas são seres imaginários...

*
* *

Numa noite de Agosto certo artista desta vila, já falecido, tomou o caminho da casa de seu pai, em Vale de Cães, seguindo a estrada, que sai em frente da igreja de Santa Ana, em cujas proximidades a tradição afirma estar encantada uma moura. Teria o artista dado uns cem passos, viu na sua frente uma cabra. Era meia noite. O nosso homem, supondo que fosse algum animal trespalhado do rebanho, quis agarrar a cabrinha, mas esta escapou-se ligeira como a gazela. Aborrecido e intrigado com os movimentos ligeiros do animal quis fazer uso de uma bengala, dando-lhe uma pancada; a cabra, porém, fez-lhe frente e dos seus olhos saíram dois fachos de luz radiante como dois archotes em ala. Então conheceu o artista que tinha na sua presença uma moura encantada, que costumava por ali aparecer segundo ouvira dizer a seus avós.

Pernas para que te quero. Pôs-se de corrida para casa do pai, e foi cair entre portas, exausto de forças e sem poder articular palavra. Felizmente acudiram-lhe a tempo.

Nunca mais o artista por ali passou a desoras, e até morrer contou esta história a centenas de pessoas.

*
* *

Num sítio, nas proximidades da Fonte Cassima, estavam umas mulheres alta noite e à lua fazendo empreita às suas portas. À última balada da meia noite viram distintamente na rua fronteira uma criança de gorro encarnado que brincava correndo e voltando pela mesma rua.

Era de verão, tempo em que os lavradores têm os almeixares, onde secam o figo. Supuseram por isso as mulheres que era alguma criança dos almeixares próximos, que de noite são guardados

O CONGRESSO do Partido Socialista

Por LUÍS PEREIRA



1 — NÃO A SOCIAL-DEMOCRATIZAÇÃO DO PS

O Congresso do PS mostrou-nos, com forte acentuação, a reafirmação dos socialistas como homens de temperamento avinagrado. O documento em debate «Dez anos para mudar Portugal — Proposta PS para os anos 80», não promoveu a social-democratização do Partido pelo contrário, para além de certo palavreado sem significado político e meramente eleitoralista, não poupou a actualização governativa do elenco Mota Pinto, apelidada de direita e de anti-socialista.

Onde estará a coerência e o bom-senso dos socialistas que ontem viabilizaram o Governo Mota Pinto na Assembleia da República para agora exigirem o seu derrube?

Não será o PS um requisito para a experimentação ideológica do marxismo à semelhança dos factores genéticos do socialismo chileno?

O País não pode deixar de se sentir confuso e inquieto diante de um socialismo sem espaço político e carecido de fundamento, pois recusando a social-democracia e o marxismo, apenas aposta na rentabilidade eleitoral sem um programa específico revelando-se profundamente um fardo de homens, baloçando entre a direita e a esquerda, consoante as suas finalidades pessoais. Assumindo a fórmula conciliadora apresenta as suas jogatinas políticas com um certo equilíbrio, o que lhe facilita a conservação dos seus militantes nos ministérios, nos bancos, nas empresas, nas secretarias, etc., etc. É este o grande farol e os êxitos à vista do Partido Socialista? A verdade é que este Congresso não definiu uma orientação ideológica não apresentou alternativas ao actual Governo, apenas se perdeu nos gostos de solidariedade e na ânsia de voltar ao Poder, como se a política económica de estabilização possa ser recuperada com a imagem esquizofrénica do PS. Quem investe nestas condições? Qual o papel do sector privado? Duas perguntas a fazer ao dr. Mário Soares.

2 — A INFLUÊNCIA DOS EX-GIS

Integrados na Comissão Nacional do PS, os ex-Gis, podem agora exercer grande influência na vida política do Partido. Gozando de simpatia nas camadas mais esquerdistas eles podem servir a penetração dos comunistas no seio do PS, penetração essa que contrasta com as declarações de Mário Soares, embora a formação da maioria de esquerda seja o sonho de «les enfants-terribles» do Partido Socialista, que na maioria

dos estabelecimentos de Ensino se aliam à juventude comunista para dominarem as associações e a luta estudantil.

Por aqui passa o problema das alianças, levantando o espectro do avanço da direita correspondendo ao jogo das cúpulas comunistas, interessadas no descalabro democrático e em arrancar frustrações e desencantos no interior do PS.

Repare-se como os ex-Gis desenvolvem uma intensa actividade política junto das bases do Partido, procurando compensar a saída de Lopes Cardoso. Isto prova que o PS é o coito preferível para os marxistas que recusam o projecto militarizado do PCP por este insistir na desagregação das Forças Armadas. De resto o fim a atingir é o mesmo. Eis porque os talismãs socialistas embirram com a imprensa quando esta fala nos parentescos.

3 — MÁRIO SOARES CONTINUA «MÉNAGER»

Mário Soares, o político que faz descobertas inesperadas e que governa sempre bem, continua sendo indiscutivelmente o secretário-geral do Partido Socialista. Encontra-se preocupado com os escassos meses de governação Mota Pinto e acha-se no direito de contribuir para o seu derrubamento pois ele é de direita e anti-socialista. Aqui está o grande respeitador do pluralismo ideológico, que já se esqueceu que contribuiu para a crise do desemprego, a baixa de produção, a falência das empresas, as actividades de especulação e de oportunismo a alta de preços. Como a memória é curta e se acentuam as lutas partidárias e pessoais! Os socialistas não assumem uma oposição construtiva, limitam-se a criticar o Governo que não lhes

convém sem apresentarem quaisquer propostas alternativas válidas.

Até porque, após o 25 de Abril, todos os Governos têm retomado a política de pacotes, todos têm-se revelado incapazes de apresentar projectos diferentes face a uma economia degradada e parlamentarmente aprovada.

A estratégia do PS é pois continuar enganando o eleitorado, fazendo propaganda social-democrata aqui, marxista acolá, prometendo resolver os problemas dos portugueses salvaguardando a liberdade e a dignidade de cada cidadão. É, pois, uma estratégia que gira em torno do dr. Mário Soares que compõe as suas manifestações de energia com uma linguagem da sua autoridade para marcar o campo de combate a travar contra os seus adversários políticos. Assim, o gosto do poder, da dominação, é uma paixão, uma razão de viver para o Partido Socialista que muitas vezes, auto-denominando-se de partido da democracia e da liberdade, acaba por servir os sectores mais polémicos e mais extremistas do panorama político nacional.

4 — CONCLUSÃO

Podemos concluir que o PS continua a jogar na ambiguidade, sendo a tonalidade dominante das intervenções no Congresso um esquerdismo infantil, procurando provar que aqueles que se situam à sua esquerda ou à sua direita são todos incompetentes, ilegítimos e miudinhos.

Torna-se pois, urgente que o Povo Português consiga praticar o diálogo, o entendimento e a concertação, para não voltar a cair, em próximas eleições, nas banalidades e no egoísmo de uns quantos.

LUIS PEREIRA

ANOMALIAS NA IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA BATATA DE SEMENTE COMPROMETE A SUA CULTURA

Da Direcção da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Borda (St.ª Bárbara de Nexe) recebemos a seguinte carta, que publicamos na íntegra, a qual se reporta aos transtornos provocados por uma tardia distribuição das sementes.

É este o seu teor:

«Ex.mo Sr. Servimo-nos desta forma para alertar V. Ex.ª para as graves anomalias verificadas na importação e distribuição da batata de semente para a campanha que decorre.

Começamos por criticar o atraso com que se processou a importação, o que compromete seriamente a segunda sementeira (sementeira de Agosto), o que vemos com grande apreensão, pois tal como é do conhecimento geral, é da colheita desta segunda sementeira que se retira a batata de semente a utilizar, predominantemente no norte no próximo ano, pelo que a curto ou a médio prazo, supomos que seja necessário recorrer à importação de batata de consumo, para assegurar o fornecimento.

Desnecessário será lembrar os prejuízos dos agricultores e inevitavelmente do País que terá de dispendir na devida altura uma quantidade de divisas superior à que agora dispendiria na aquisição da semente necessária.

Outro ponto a criticar é a ac-

tuação de alguns importadores, que procedem prioritariamente a venda das sementes a intermediários não estabelecidos a preços iguais ou superiores ao que é praticado ao agricultor, o que fomenta o aparecimento do conhecido mercado-negro, assim o agricultor chega a pagar de 1.400\$00 a 2.000\$00 por um saco de batata de semente que normalmente nas Cooperativas é vendido por 1.200\$00, cabe ainda aqui referir que neste aspecto os importadores e os agentes do mercado negro têm a vida facilitada dado que, embora já se encontrem em distribuição batatas de semente há mais de 15 dias, até hoje ainda está por sair a tabela das referidas sementes.

Como é do conhecimento geral, nestas vendas efectuadas aos agentes do mercado negro não são passados quaisquer documentos o que permite um lucro ilícito quer da parte do importador, quer do agente do mercado negro, permitindo ainda a ambas as partes uma evasão fiscal da qual não nos atrevemos a calcular o montante mas que é sem dúvida elevado.

Terminamos por reclamar de quem de direito, uma acção enérgica no sentido de se pôr cobro às situações que denunciámos e ainda que sejam prioritariamente atendidas as requisições de batata de semente das Cooperativas e demais Organizações da Lavoura.

UM FORMALISMO ILÓGICO DOS CTT

— O justo paga pelo pecador

Há formalismos, as evidências insólitas assim nos dizem, destituídos de coerência desculpável.

O caso que a seguir descrevemos é desses tais, o qual leva a concluir, afinal, feitas e liquidadas as contas, que é o justo quem paga pelo pecador.

E o que não está certo, errado está, ou... quem diz o contrário?

Mas vamos aos factos que por certo não serão inéditos e até se hão-de repetir «curricularmente», para contrariedade dos visados que sem culpa alguma formada são os principais lesados.

É o caso de um vale postal cuja importância por extenso não condiz com a importância numérica.

Acontecendo assim o vale não é transaccionável pelo Banco que o rejeita pura e simplesmente.

Isto é o vale deixa de «valer»... e para que valha, o detentor terá de recorrer de novo aos Correios, que o emitirá, para o rectificar. Só que os Correios na rectificação de um lapso que cometeram leva ao detentor do vale a quantia de 18\$00!

Ora isto é que não está certo! Assim não vale!

Se um engano é admissível — ninguém é infalível — não o será

tanto assim a cobrança respeitante à sua emenda.

Se foram os CTT que se equivocaram, que assumam por inteiro as suas responsabilidades e não as endossam aos utentes dos seus serviços que na circunstância não foram ditos nem achados. Haja ao menos lógica.

«COMANDOS»

REUNIRAM NO ALGARVE

Num fim-de-semana recente, por motivo de convocação por parte da direcção nacional da Associação de Comandos, decorreu uma reunião em Albufeira que congregou a presença de muitos associados.

Segundo foi revelado estiveram presentes «Comandos» e não apenas «ex-Comandos», pois, à luz dos estatutos, podem ser sócios os «Comandos», independentemente da situação militar.

Os trabalhos inscritos na agenda da reunião foram dirigidos pelo presidente da Direcção nacional da Associação Vítor Manuel Tavares Ribeiro.

Está constituída e actua já a Comissão Pró-Casa da Cultura de Loulé

Da Comissão recém-formada da Pró-Casa da Cultura de Loulé recebemos o comunicado que a seguir respigamos:

«Considerando que a CULTURA é parte integrante da vida social, que é pela sua própria natureza, um fenómeno social e o resultado da criação comum dos homens e da acção que exercem uns sobre os outros;

Considerando que a CULTURA não se limita ao acesso às obras de arte e às humanidades, mas é simultaneamente a aquisição de conhecimentos, exigência de um modo de vida e necessidade de comunicação;

Considerando que o desenvolvimento cultural não só complementa e regula o desenvolvimento geral mas é também um verdadeiro instrumento do progresso;

Considerando que toda a população tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a usufruir das artes e a participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultem;

Considerando que a Cultura no concelho de Loulé tem sido votada ao ostracismo, com manifesto prejuízo para as camadas mais jovens e desfavorecidas da população;

Propõe esta Comissão, a curto e a médio prazo, tendo sempre em vista a instalação de uma Casa de Cultura;

A dinamização coordenação e expansão de actividades para o preenchimento dos tempos livres, tendo em vista:

1 — o desenvolvimento cultural da comunidade num permanente contexto democrático;

2 — a participação mais esclarecida e responsável das populações na actividade cultural local;

3 — o estímulo às organizações associativas locais numa perspectiva cultural;

4 — a participação no processo de definição de uma política cultural concelhia;

Através de: a) orgânica e/ou apoio a actividades de natureza sócio-cultural, desportivas, artísticas, de ar livre, exploração e intercâmbio —

subordinadas exclusivamente a princípios de natureza formativa; b) dinamização do intercâmbio cultural entre as populações do concelho;

c) apresentação de propostas para o aproveitamento de espaços destinados à construção de parques ou instalações desportivas no concelho;

d) promoção de cursos de animadores;

e) criação de um centro de documentação e informação sobre a problemática atrás referida;

f) divulgação de textos. Loulé, Fevereiro 1979.

A COMISSÃO PRÓ-CASA DA CULTURA
Dália Trindade
Erundina Mendonça
Fátima Azevedo
Gentil Silvestre
Isabel Andrade
Joaquim dos Santos
Joaquim Vairinhos
Maria da Graça Luís
Maria Helena dos Santos
Marieta Silvestre

★

PROGRAMA DE ACTIVIDADES PARA O MÊS DE MARÇO

— Curso de Animadores de Fantoches.

— Proposta para a construção dum Parque Gimno-Infantil no Bairro Operário.

— Realização do 1.º Corta-Mato Infantil 1979 — Em 17 de Março pelas 10 horas, no Parque Municipal.

— Realização do 1.º Triatlo Infantil 1979 — Em 31 de Março pelas 10 horas, na Pista da Escola Secundária.

★

As inscrições para o Teatro de Fantoches decorreram de 5 a 12 de Março, mas só no dia 6 recebemos essa comunicação e não a publicamos por o prazo já estar ultrapassado.

Aliás isto acontece com muita frequência em relação a outros comunicados que recebemos.

EM FARO

Comemorações do Ano Internacional da Criança

Sob os auspícios do Ano Internacional da Criança, uma Comissão da Escola do Magistério Primário de Faro, propõe-se promover um ciclo de eventos a concretizar durante o ano decorrente.

Nas celebrações previstas constam, entre outras, conferências regulares patentes a quem as queira presenciar em especial, pais, educadores e encarregados de educação.

A abrir a série de conferências, realizou-se a primeira no transcurso do dia 21 de Fevereiro, subordinada ao tema «A Criança e o Desporto», que foi orientada pelo prof. Eduardo Tenazinha.